



**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM
EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO : UMA ANÁLISE
BASEADA NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.**

Por

Felipe Ghisleni Freitas

Tese de Mestrado em Gestão Comercial

Orientada por:

Professora Doutora Catarina Delgado

2013

Pode-se ir à guerra, vencer o inimigo e receber medalhas;
Pode-se ir à guerra, vencer o inimigo e ser esquecido;
Pode-se ir à guerra, morrer heroicamente e ser celebrado para sempre em sua tumba;
Pode-se ir à guerra, morrer heroicamente e apodrecer debaixo de escombros;
Mas o que não se pode é deixar de ir à guerra;
Não seria um demérito com seus pares, seria consigo mesmo.

Lucas do Nascimento Mendes

Nota Biográfica Do Autor

Felipe Ghisleni Freitas, nasceu a 27 de Abril de 1982, em Santo Ângelo-RS-Brasil.

Frequentou ensino secundário na Escola de Ensino Médio da URI, tendo concluído o Ensino Técnico de Nível Médio, em 1999, com média de 16 valores.

Em 2007, concluiu Licenciatura em Administração de Empresas com ênfase em Negócios Agroindustriais, com média de 15 valores, no Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo-IESA.

No ano seguinte concluiu Licenciatura em Informática (Ciências da Computação), com média de 14 valores, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus Santo Ângelo.

Atuou no ano de 2000 como estagiário da URI - Campus Santo Ângelo como Desenvolvedor Web.

Nos anos de 2001 e 2002 frequentou o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, dando baixa em 2002 como Aspirante a Oficial R2.

A partir deste ano atuou como Administrador de Empresa Rural Familiar até o ano de 2009, quando se licenciou para estudos no exterior.

Em 2010, iniciou o Curso de Mestrado em Gestão Comercial concluído a parte curricular com 15 Valores.

No ano seguinte regressou ao Brasil e retomou suas atividades, também ingressando como Gestor de TI no Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo-IESA.

Em 2012, ingressou no SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), atuando como Analista Empresarial responsável por treinamento a empreendedores por meio de assessorias, consultorias e palestras.

Agradecimentos

Após esta longa caminhada termina aqui mais uma etapa da minha vida, etapa recheada de descobertas que com certeza modificaram a minha forma de ver o mundo, e nada mais justo do que agradecer as pessoas que de uma forma ou de outra tornaram isso possível.

À minha orientadora, Professora Doutora Catarina Delgado, por toda a ajuda no percorrer deste caminho, mesmo a distância sempre teve paciência para me ajudar, mesmo quando eu pouco produzia pelas circunstâncias dos momentos em que vivia sempre me apoiou.

Ao professor Doutor Pedro Quelhas Brito e demais professores da FEP que me receberam maravilhosamente bem em Portugal, jamais me senti um “estrangeiro” em Portugal, não tenho nenhuma reclamação quanto à forma de ensino e ao tratamento que recebi, vocês foram maravilhosos.

Aos meus colegas de mestrado, todos sem exceção, aos meus olhos são pessoas fantásticas, aprendi muito com vocês também, deram exemplo de companheirismo e lealdade, sempre que precisei ou mesmo sem precisar sempre tinha uma mão amiga para me amparar.

Aos meus colegas de morada, Carlos Rosa e Carlos Teixeira, hoje não são mais colegas e sim amigos, minha casa no Brasil é vossa casa sempre aguardando suas visitas.

Aos meus Orientadores de Licenciatura Luís Claudio Villani Ortiz e Luís Claudio Gubert pelas orientações no decorrer das faculdades e pelas cartas de recomendações para entrada nesse curso, talvez sem elas não estivesse aqui.

A Tia Nara umas das pessoas chaves nessa história, Tia se você não tivesse plantado a semente talvez eu jamais tivesse saído da minha zona de conforto e mudado minha vida. Sou e sempre serei grato à senhora.

Ao meu amigo Lucas que em momentos de dificuldades quando eu me deparava com o medo de seguir em frente sempre teve palavras para me confortar e manteve apoio incondicional.

A minha “media laranja” Paula, entre idas e vindas sempre nos encontramos, e continuamos sempre nos amando, se o futuro a Deus pertence, que ele escolha nos unir, obrigado por ser essa pessoa maravilhosa, essa companheira, esse exemplo de caráter, sempre me dando apoio e torcendo por mim, fazendo o possível e o impossível para estar por perto. Minha baiana linda! Te Amo.

Aos meus Pais que me ajudaram a tornar tudo isso possível, não sei se um dia conseguirei retribuir a altura tudo que vocês me proporcionaram e me proporcionam. Vocês sempre acreditaram em mim, nas adversidades ou não, sempre me incentivam. E eu não tenho dúvidas do amor de vocês, Amo vocês.

RESUMO

Nesta tese de mestrado foi proposto um estudo com o intuito de analisar as aplicações de práticas sustentáveis em empresas do agronegócio brasileiro. Nos últimos anos torna-se cada vez mais evidente a importância que a pessoas vem dando a questões ambientais; em contrapartida mundo fica cada dia mais populoso, o que nos leva a uma questão: como desenvolver-se sem afetar o meio em que vivemos? A resposta há tempos vem sendo cultivada e hoje atende pelo nome de *sustentabilidade*. A partir desta ótica torna-se atrativa uma análise de empresas atuantes no agronegócio brasileiro a fim de estabelecer relações entre as características organizacionais e as práticas sustentáveis destas. Este estudo gira em torno da análise de relatórios de sustentabilidade empresariais e adota uma pesquisa exploratória com análise de conteúdo. Os relatórios de sustentabilidade foram buscados no site das próprias empresas que compõem o estudo, as quais formam a lista das cinquenta maiores empresas do agronegócio brasileiro e que foi divulgada pela revista Exame. Após análise restaram vinte e duas empresas, todas utilizando relatórios GRI. Os relatórios de sustentabilidade empresarial GRI foram analisados e avaliados por meio de uma Lista de Verificação Composta baseada no estudo de (CICA, 2008 *apud* Faria, 2010) e que apresenta uma métrica de ponderada para os indicadores de desempenho do padrão GRI. Após a aplicação desta lista nos relatórios de sustentabilidades foi obtido o Nível de Sustentabilidade Empresarial das empresas que compõem a amostra. Posteriormente foram definidas as hipóteses para teste de correlações entre características das empresas da amostra como: “dimensão”, “endividamento”, “idade”, “cotações na bolsa de valores” e “segmento de atuação” e o Nível de Sustentabilidade Empresarial abordando todos os pilares do tripé sustentável (econômico, social, ambiental), cada um deles especificamente. Assim se torna possível traçar um perfil das empresas do agronegócio brasileiro sobre práticas sustentáveis. Após testes bivariados levando em conta um total de vinte hipóteses, foi possível se verificar significância somente na relação entre “dimensão” da empresa e Nível de Sustentabilidade Empresarial Ambiental. Pode-se atribuir tal resultado ao fato de que empresas maiores possuem maior evidência no mercado, logo, práticas que prejudiquem o meio ambiente podem resultar em retaliações por parte dos *stakeholders*, sejam eles fornecedores, clientes empresariais ou clientes pessoa física.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Relatórios de Sustentabilidade, GRI;

ABSTRACT

This Master Degree thesis proposes the analysis of sustainable practices by Brazilian companies in the agrobusiness. In recent years, the importance of environmental issues became evident; by the other hand, the world's population highly increased, which brings us the question: how to develop without affecting the environment in which we live? The answer has been bred and today is named "sustainability". Given this scenario, it is important to analyse the companies which act in the Brazilian agrobusiness, finding links between companies' features and their sustainable practices. This work bases itself in corporate sustainability reports and adopts an exploratory research with content analysis. The reports were found in the websites belonging to each of the companies in this work, which make up a list of the fifty greatest companies of the Brazilian agrobusiness, publicized by Exame Brazilian magazine. After a first analysis twenty companies were selected, all of them working with GRI reports. The GRI corporate sustainability reports were analysed and evaluated through a Composed Checklist based in the work of (CICA, 2008 apud Faria, 2010) which presents a weighted metric for the GRI performance indicators. After applying the list, the Corporate Sustainability Level of the companies in the sample was obtained. Later, hypothesis were defined for correlation tests between companies' features, like "dimension", "debt level", "age", "stock value", and Corporate Sustainability Level, approaching the three pillars of sustainability (economical, social and environmental). This way, it is possible to make up a profile of agrobusiness Brazilian companies about sustainable practices. After tests concerning twenty hypothesis, it was possible to check a link between the "dimension" feature and the Environmental Corporate Sustainability Level. Such fact can be linked to the fact that larger companies have a larger amount of evidence in the market, so, practices which could harm the environment may result in retaliations by stakeholders, providers, corporate clients or individual consumers.

Keywords: Sustainability, Sustainability Reports, GRI;

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRAFICOS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS.....	ix
LISTA DE ACRÔNICOS USADOS.....	x
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Objetivos do Estudo	1
1.2. Objetivos Específicos.....	1
1.3. Justificativa	2
1.4. Estrutura Do Estudo	2
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EMPRESAS.....	3
2.1. Uma Visão Histórica	3
2.1.1. O Clube de Roma.....	3
2.1.2. CMMAD	4
2.1.3. Eco 92 e a Agenda 21	6
2.2. Conceptualização da Sustentabilidade	7
2.3. Gestão Sustentável.....	10
2.4. Desempenho Sustentável	12
2.5. Divulgação de Resultados.....	16
3. METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	18
3.1. Tipologia da Pesquisa	18
3.2. Definição da Amostra.....	18
3.3. Lista de Verificação Composta	21
3.4. Variáveis	26
3.4.1. Variáveis dependentes.....	26
3.4.2. Variáveis independentes.....	27
3.5. Hipóteses de Investigação.....	27
4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	32
4.1. Perfil das Empresas	32
4.2. Análise Descritiva dos Resultados.....	34
4.2.1. Definição do NSE	34
4.2.2. Estatística Descritiva e Análise Bivariada	36
5. CONCLUSÕES.....	42
5.1. Limitações do estudo	44
5.2. Investigação Futura	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	46

7. ANEXO	52
7.1. Quadro das 50 Maiores Empresas do Agronegócio	52
7.2. Quadro apresentando o Nível de Sustentabilidade Empresarial	54
7.3. Estatísticas Descritivas e Análise Bivariada	55

ÍNDICE DE GRAFICOS

GRÁFICO 1: SEGMENTOS DE ATUAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O ESTUDO	32
GRÁFICO 2: VOLUME DE VENDAS POR EMPRESA	33
GRÁFICO 3: MÉDIA DE VOLUME DE VENDAS POR SEGMENTO	34
GRÁFICO 4: COMPARAÇÃO ENTRE VOLUME DE VENDAS E NSE.....	36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS NUMÉRICAS	37
TABELA 2: HIPÓTESES SOBRE VARIÁVEIS ORDINAIS	38
TABELA 3: TESTES DE MANN-WHITNEY: NÃO SIGNIFICATIVOS	38
TABELA 4: HIPÓTESES TESTADAS COM TESTES DE SPEARMAN'S RHO	39
TABELA 5: TESTE SPERMAN HIPÓTESE VÁLIDADA	39
TABELA 6: HIPÓTESES TESTADAS COM TESTES DE KRUSKAL-WALLIS.....	40
TABELA 7: TESTE DE <i>KRUSKAL-WALLIS</i> : NÃO SIGNIFICATIVO	40

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: 50 MAIORES EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM VOLUME DE VENDAS	19
QUADRO 2: CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS QUE UTILIZAM MODELO GRI.....	20
QUADRO 3: LISTAGEM DAS EMPRESAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO.....	21
QUADRO 4: IMPORTÂNCIA DO INDICADOR DE DESEMPENHO. ADAPTADO DE FARIA (2010).	22
QUADRO 5: AVALIAÇÃO DOS INDICADORES APRESENTADOS PELA EMPRESA. ADAPTADO DE FARIA (2010).	23
QUADRO 6: LISTA DE VERIFICAÇÃO COMPOSTA PARA AVALIAÇÃO DE NSE ADAPTADA DE (CICA, 2008 <i>APUD</i> FARIA, 2010).....	25
QUADRO 7: NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	35

LISTA DE ACRÔNICOS USADOS

BSC	<i>The Balanced Scorecard</i>
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
LVC	Lista de Verificação Composta
NSE	Nível de Sustentabilidade Empresarial
OCR	O Clube de Roma
OECD	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
RSE	Relatório de Sustentabilidade Empresarial
SMART	<i>Strategic Measurement, Analysis, and Reporting Technique</i>

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, é crescente a parcela da sociedade mundial consciente dos efeitos da degradação ambiental e da importância de evitá-la. Essa perspectiva, relativamente recente, influencia diretamente o ponto de vista, positivo ou negativo, que o consumidor e os mercados terão em relação às empresas.

A demanda crescente por alimentos, impulsionada principalmente pelo aumento da população mundial, coloca o agronegócio em um patamar de destaque na ordem econômica, ambiental e social, em termos de desenvolvimento sustentável e em razão dos efeitos ambientais provocados pela produção agrícola intensiva.

Com foco na discussão sobre a importância de promover o desenvolvimento sustentável, e atentas ao aumento da demanda por políticas sustentáveis no setor, as empresas atuantes no agronegócio estão buscando investir, cada vez mais, na ampliação e divulgação de políticas sustentáveis, buscando alcançar uma percepção positiva, não somente dos consumidores finais, mas também dos seus colaboradores.

Sendo assim, é de total relevância o entendimento das políticas assumidas pelas empresas deste setor, que visam adotar práticas sustentáveis e que nos remetem à seguinte indagação: *a política sustentável promovida e divulgada pela empresa está diretamente relacionada ao desempenho das empresas do agronegócio brasileiro?*

1.1. Objetivos do Estudo

Com tal problemática se busca entender até que ponto o volume de vendas das empresas do agronegócio está relacionado com seu comprometimento com sustentabilidade.

1.2. Objetivos Específicos

- a) Efetuar a caracterização das empresas que compõem este estudo, quanto aos aspectos socioeconômicos do setor.
- b) Determinar quais e como as empresas apresentam as informações sobre sustentabilidade ao público.

- c) Determinar os indicadores (econômicos, sociais e ambientais) mais referidos pela empresa no âmbito sustentável.
- d) Avaliar o nível de sustentabilidade empresarial praticados pelas empresas.
- e) Verificar a existência de relações entre os aspectos socioeconômicos das empresas estudadas e os níveis de sustentabilidade empresarial praticados por elas.

1.3. Justificativa

A gestão de empresas aliada à sustentabilidade ainda encontra-se em fase de maturação, tanto no ambiente empresarial quanto no ambiente acadêmico. Embora o tema sustentabilidade esteja entre os assuntos mais tratados por administradores ao redor do mundo, pode-se considerar que ainda exista incipiência de trabalhos acerca da relação entre sustentabilidade e gestão de empresas.

As empresas atuantes no agronegócio, não somente as brasileiras, como também as mundiais, carecem de estudos adaptados a sua realidade, que favoreçam a compreensão do setor e sua relação com a sustentabilidade, servindo de apoio a gestores e pesquisadores da área. A seguir é apresentada a estrutura do estudo em questão.

1.4. Estrutura Do Estudo

O estudo está dividido em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta uma introdução ao tema abordado, justificativas e objetivos. Em seguida, no capítulo 2, é realizado um levantamento bibliográfico englobando temas relevantes acerca de sustentabilidade e gestão sustentável para o desenvolvimento do trabalho. No capítulo 3 é apresentada a metodologia utilizada para que os resultados possam ser alcançados. No capítulo 4 foi feita a análise dos resultados. Ao final, no capítulo 5, foi apresentada a discussão dos resultados obtidos e as contribuições da pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EMPRESAS

A exploração em grande escala de recursos naturais, o aumento da produtividade e a presença do Estado de Bem-Estar tornaram-se os pilares sobre os quais se desenvolveu a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial. A mão de obra barata, a fartura em recursos naturais e a frouxidão com relação a controles ambientais tornaram o Terceiro Mundo atrativo a investidores (Young e Young, 2004).

A ideia de desenvolvimento trazia em seu bojo a noção de acessibilidade irrestrita e de capacidade infindável. No entanto, seus limites mostraram-se evidentes em suas consequências nefastas, tais como a crise ambiental; ou seja, as demandas econômicas mostraram-se cada vez mais contraditórias às “demandas” naturais (Becker, 2001). Dentro desta realidade, a noção de desenvolvimento sustentável passou a ser elaborada e discutida.

2.1. Uma Visão Histórica

No período seguinte ao término da Segunda Guerra Mundial, na década de 50, havia um grande descaso quanto à questão ambiental. Desejava-se a pujança econômica e, diante desta, agressões ambientais eram tidas como aceitáveis. Porém, os efeitos nocivos de tal postura não tardaram a ser notados. Durante a década de 60, surgem preocupações quanto a regulações da área industrial (Carmo, 2006; Dalcomuni, 1997).

Entre os anos 60 e 70, surgem movimentos que defendem estilos inovadores de vida e relação com o ambiente social e ecológico. Estes movimentos buscavam chamar atenção para discussões sobre os rumos da sociedade, que estavam de encontro a valores essenciais para a vida do homem em harmonia consigo mesmo e com o ambiente (Carmo, 2006; McCormick, 1992).

2.1.1. O Clube de Roma

Ao final dos anos 60, as discussões sobre mudanças ambientais começam a ganhar relevância entre pessoas conceituadas da sociedade mundial, as quais vieram a fundar *O Clube de Roma* (OCR) - uma organização independente, sem fins lucrativos, composta por acadêmicos, cientistas, políticos, empresários e membros da sociedade

civil. As discussões apresentadas e debatidas pelo OCR ganharam forma no livro “*The Limits of Growth*”, o qual teve grande tiragem mundial e apresentava um cenário extremamente pessimista para a humanidade, onde a população do planeta e a escassez dos recursos naturais crescem exponencialmente (Calabretta, 2000).

Além de uma ilustração catastrófica do futuro da humanidade, indicando o esgotamento de reservas minerais num curto período de tempo, o OCR ainda chamava a atenção para o perigo do crescimento populacional descontrolado, o qual interferiria diretamente no equilíbrio ambiental e provocaria uma redução na qualidade de vida dos habitantes do planeta. Assim, o OCR alerta sobre a capacidade da biosfera e da necessidade de um mundo voltado a uma visão sustentável (Foladori, 2001).

Os estudos propostos pelo OCR, no livro “*The Limits of Growth*”, apresentaram uma perspectiva na qual a principal ameaça para o futuro da humanidade seria o crescimento populacional desenfreado em países subdesenvolvidos e a solução poderia estar na aplicação de medidas de contenção desse crescimento. No entanto, estas medidas provocariam um crescimento econômico negativo, senão nulo, dos países em desenvolvimento.

Tais projeções levaram os principais países do terceiro mundo a rechaçarem os estudos e propostas apresentadas no livro, além de efetuarem duras críticas ao OCR, justificadas no anseio de que estas medidas poderiam impactar negativamente o seu desenvolvimento econômico (Cruz, 2013).

Diante da relutância às ideias apresentadas pelo OCR, a busca por políticas de desenvolvimento alternativo ganharam força é então que Strong (1992) apresenta o conceito de Eco desenvolvimento no qual leva em conta que o desenvolvimento deveria: satisfazer necessidades básicas dos seres humanos; pensar no futuro das próximas gerações; ter a participação constante das pessoas envolvidas; o meio ambiente deveria ser preservado bem como os recursos naturais; e criar um sistema social baseado em garantias de trabalho, segurança, respeito cultural e educação (Bruseke,1994; Cruz, 2013).

2.1.2. CMMAD

Maurice Strong baseou-se nos pilares de Sachs (1993) para enumerar seus conceitos. Ignacy Sachs acreditava na existência de cinco pilares para o Eco desenvolvimento: sustentabilidade social, cultural, ecológica, espacial e, principalmente, econômica. Segundo o autor, para atingir a sustentabilidade econômica, seria necessário primeiro atingir um desenvolvimento tecnológico, social e cultural, promovido por um desenvolvimento educacional, que permitissem reduzir o uso de recursos finitos, como os combustíveis fósseis (Cruz, 2013).

Pode-se constatar que o conceito de Eco desenvolvimento e suas premissas desencadearam uma série de pesquisas científicas, visando atingir novos conceitos de energia limpa e menos poluente. Em contra partida, o desenvolvimento do modo de agir dos países, do ponto de vista educacional e cultural, permaneceram subdesenvolvidos (Cruz, 2013).

No início da década de 70, ocorrem as primeiras movimentações em prol da conscientização ambiental, com a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que tem como uma das suas principais contribuições a promoção da Conferência de Estocolmo, em junho de 1972, com participação de 113 nações. Nesta conferência, foram debatidos os impactos globalizados das diversas problemáticas ambientais e, ao final, definido um plano de ação vigente para os próximos 20 anos (Brundtland, 1987).

Já no início da década de 80, o analista ambiental e escritor americano *Lester Russell Brown*, através de sua publicação *Building a Sustainable Society*, de 1981, chamou a atenção do público para os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, contribuindo para a sua popularização.

Por outro lado, a CMMAD também contribui para a democratização desses conceitos, ao divulgar o relatório *Our Common Future*, defendendo a ideia de um desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (Brundtland, 1987).

O relatório apresentado pela CMMAD frisou a importância da correta utilização dos recursos naturais, através do desenvolvimento tecnológico de fontes de energia limpas e renováveis para aplicação no ambiente industrial, principalmente em países ainda não industrializados. Dentre os objetivos a serem atingidos com avanços tecnológicos foram elencados: a redução do consumo energético e a redução do risco de impactos ambientais. Além disso, foi sustentada a importância de se manter um consumo de recursos naturais equivalente ao tamanho da população, a fim de reduzir os riscos de degradação ambiental e escassez de recursos (Brundtland, 1987).

A ampliação da utilização de tecnologias verdes se faz importante e necessária para tornar possível a aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável, que está fundamentado nas necessidades dos habitantes, em especial dos menos favorecidos, e nas barreiras tecnológicas a serem transpostas para que as organizações não interfiram negativamente no meio ambiente. Logo, o desenvolvimento industrial e organizacional deve caminhar paralelamente com tecnologias que proporcionem a proteção dos recursos naturais e do ecossistema como um todo (Brundtland, 1987).

2.1.3. Eco 92 e a Agenda 21

Em 1992 ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também chamada de Eco 92, que contou com a presença de 172 países, mais de 100 chefes de Estado, e mais de 2400 representantes de organizações não governamentais. O produto desta Conferência, que foi a maior e mais expressiva já organizada pela ONU, foi a chamada Agenda 21, composta por ações firmadas entre os países que participaram do evento, visando atingir o desenvolvimento mundial sustentável nas áreas ambiental, econômica e social (CNUMAD, 1992).

Em um total de 40 capítulos evidenciando a necessidade de práticas sustentáveis de forma globalizada, a Agenda 21 é formada por um enumerado de atividades, instrumentos, recursos humanos e instituições a serem alcançados para o desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, manutenção de recursos naturais e preservação do meio ambiente (CNUMAD, 1992).

Cinco anos após a Eco 92 realizou-se a Cúpula da Terra, com o objetivo principal de verificar e aferir a implementação, bem como incluir soluções na Agenda 21. Após uma avaliação detalhada dos cinco anos passados, foi verificado a necessidade de inclusão de metas voltadas à redução da emissão de poluentes causadores do efeito estufa, de normativas sustentáveis para a produção e uso de energia, e da erradicação da pobreza como fator essencial para um desenvolvimento sustentável (Terra, 2000; ONUB, 2013).

Já em 2002, a CMMAD reúne-se mais uma vez, agora em Johannesburgo, para uma nova conferência batizada de Rio mais 10, que tem como finalidade elaborar o planejamento sólido para atingir as metas estipuladas durante a realização da Rio 92. O atual momento mundial sinalizava para um mundo globalizado, com custos e benefícios distribuídos de forma desproporcional (DJDS, 2002; ONUB, 2013).

Dez anos após o encontro ocorrido em Johannesburgo, realizou-se a conferência Rio mais 20, no Rio de Janeiro, com definições sustentáveis mais próximas da nossa realidade atual: social, ambiental e econômica. Dentre os principais temas discutidos estão a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável, no âmbito das nações unidas, e a “economia verde”, contextualizada na erradicação da pobreza (ONUB, 2013).

2.2. Conceptualização da Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade ainda encontra-se em desenvolvimento. A busca contínua por uma definição, ainda que sem resultados, é um sinal de que o tema está em debate (Marzall, 1999).

Embora as definições propostas procurem, em geral, conciliar objetivos e orientações econômicas, sociais e ecológicas, a questão ecológica ocupa, notadamente, o centro do debate. Definições mais preocupadas com a questão ambiental apontam para a necessidade de preservação dos recursos naturais finitos, enquanto que as definições mais preocupadas com o caráter social focam na necessidade de preservação dos referidos recursos, bem como da sua justa distribuição (Dias, 2006).

É assim que, buscando atender equitativamente as três variáveis basilares do conceito de sustentabilidade, Almeida e Navarro (1997), propõem uma definição de desenvolvimento agrícola sustentável que contemple justiça social, viabilidade econômica, sustentabilidade ecológica e aceitação cultural, de modo a recuperar técnicas, valores e tradições.

Percebe-se nesta definição, além da busca pelo atendimento das três dimensões básicas da sustentabilidade, também a preocupação com a reflexão sobre os rumos a que se direcionam o desenvolvimento, e que valores o norteiam (Carmo, 2006).

Dessa forma, o conceito de sustentabilidade, que conforme a definição do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluía, apenas, os fundamentos econômico, social e ambiental, segundo Dalcomuni (2005), foi consideravelmente ampliado, incorporando contribuições anteriores de Ignacy Sachs, passando então a abordar não mais três, mas cinco faces (Sachs, 1993; Dalcomuni, 2005; Carmo, 2006):

a) Face econômica: Produzir bens e serviços lucrativamente através do tempo, de forma a satisfazer demandas sociais e ambientais;

b) Face social: Distribuição justa de renda, bens, serviços e outros itens de valor social, bem como possibilitar o acesso do cidadão à participação social, permitindo que suas demandas sejam mais claramente conhecidas e atendidas;

c) Face ambiental: Desenvolvimento econômico ocorrendo em harmonia e respeito às necessidades e restrições do ambiente natural. Tal ambiente deve ser não somente mantido, mas também melhorado enquanto patrimônio natural;

d) Face geográfico-espacial: Lidar com a distribuição espacial das atividades humanas que causam impacto ao desenvolvimento sustentável;

e) Face político-cultural: Democracia na produção e distribuição de riqueza, com respeito à diversidade social.

Assim que, sublinha-se a necessidade de paradigmas de desenvolvimento multidimensionais, abarcando as dimensões econômicas, sociais, ambientais e outras

mais específicas, como a política, institucional, cultural, democrática, ética, tecnológica, de solidariedade e outras (Dias, 2006).

Atualmente, a natureza é vista como patrimônio, e sua preservação e melhoria afetam diretamente a qualidade de vida do ser humano, que nada mais é que um integrante desse sistema. Esta nova visão, entendida como um paradigma de desenvolvimento sustentável em sentido ampliado, influencia diversas áreas do conhecimento e das atividades humanas, e pode ser tomada como fundamento de uma nova ética de desenvolvimento humano.

Para incorporar a sustentabilidade em sua vida, o indivíduo deve compreender a necessidade de um relacionamento saudável, em todos os sentidos, com as pessoas e o ambiente. Com o intuito de promover a sustentabilidade, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento traçou nove tópicos que devem basear uma vida sustentável (Brundtland, 1987), quais sejam:

- Constituir uma aliança global;
- Criar uma estrutura para a integração de desenvolvimento e conservação;
- Melhorar a qualidade da vida do homem;
- Permitir que as comunidades cuidem de seu meio ambiente;
- Conservar a vitalidade e a diversidade do planeta;
- Não extrapolar a capacidade do planeta;
- Respeitar e cuidar dos seres vivos;
- Modificar atitudes pessoais;
- Reduzir o uso de recursos não renováveis.

Todos os que possuem o curso do desenvolvimento em suas mãos, através de seus poderes de decisão, possuem maior responsabilidade na promoção e adoção de práticas de desenvolvimento sustentável. Esse grupo inclui líderes sociais, personalidades, executivos, políticos, empresários, economistas e cientistas das áreas mais relacionadas à mudança do paradigma de desenvolvimento (Monteiro, 2002; Carmo, 2006).

Para realizar o desenvolvimento sustentável é preciso uma profunda reordenação do modo humano de lidar com o mundo, em todas as suas faces. Isto não se dá de

maneira espontânea ou natural, já que para tal exigem-se mudanças viscerais nos modelos vigentes, pautados no individualismo de curto prazo. Eis aí um desafio político, que inclui questões como a da energia, poluição, urbanização, industrialização, entre outras, bem como esforços no sentido de manutenção da paz e segurança internacional e da melhor relação entre as economias dos diversos países. Localizada neste cenário global, está também a questão do desenvolvimento sustentável da agricultura.

2.3. Gestão Sustentável

A responsabilidade socioambiental no meio empresarial é um processo evolutivo e continuado de envolvimento e discussão por parte da organização, no que tange a questões sociais e ambientais relacionadas a todos os seus *stakeholders*: colaboradores, sócios, acionistas, fornecedores, clientes, concorrentes, governo, imprensa, comunidade e o próprio meio ambiente (Furtado, 2003).

A responsabilidade social pode ser vista sob dois tipos de modelo. O primeiro realiza-se com as ações empresariais e os beneficiários da gestão, ou seja, os donos ou acionistas e ainda outros beneficiários da atividade empresarial, como a comunidade local e colaboradores. O segundo está relacionado a objetivos mais gerais do que aqueles almejados em primeiro lugar pela empresa, tais como os referentes a valores, motivações morais, entre outros (Neto, 2010).

Estão aí compreendidas as razões pelas quais uma organização adota práticas responsáveis socialmente. Na perspectiva do primeiro modelo, funciona como um instrumento gerencial, uma vez que tais práticas traduzem-se em melhor imagem perante o mercado e o cliente. Pela perspectiva da ética e dos interesses sociais gerais, a responsabilidade social permite que a organização atenda uma obrigação moral com a sociedade, de retribuir, uma vez que possui recurso financeiro para tal, e realizar ações de impacto social positivo (Neto, 2010).

Quanto ao desenho da estratégia ambiental, destaca-se o papel fundamental da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) e da União Europeia. Através da estratégia para a gestão socioambiental elaborada por essas organizações, estimulou-se políticas ambientais relacionadas a desenvolvimento

econômico e empreendimentos ligados à temática ambiental, servindo como incentivo para inovações tecnológicas. Posteriormente, nos anos 1990, destacou-se as ferramentas para o desenvolvimento sustentável, propondo processos de inovação mais velozes e redução de custos (Polizelli et al, 2005). O ambiente tornou-se valioso enquanto mercado a ser explorado.

Em uma etapa seguinte, a gestão ambiental passa a ser entendida dentro de um conceito ampliado, ligado às políticas ambientais, com papel preponderante nas redes de negócios. No início do século XXI, foi definido o papel da tecnologia da informação e das comunicações, propondo estimular a eficiência no gasto de energia e diminuir impactos ambientais nas redes interempresariais. Definem-se, então, quatro modelos de gestão ambiental: comando e controle; instrumentos de mercado; abordagens híbridas; e gestão do conhecimento (Polizelli et al , 2005).

Os modelos da gestão ambiental envolvem uma série de contribuições, entre elas o marketing ambiental. O crescimento da preocupação com a questão ecológica iniciou-se com a busca da melhoria da imagem organizacional, através de ações pontuais. A sensibilidade do cliente estava fora do foco empresarial. A partir dos anos 90, as organizações evoluíram para o conceito de marketing ecológico, que incluía comprometer-se organizacionais bem definidos da empresa com o seu público externo, sendo estas diretrizes extensíveis às várias etapas do negócio (Driscoll e Starik, 2004).

O marketing ambiental trabalha o respeito ao meio ambiente relacionado às necessidades dos consumidores. Para tanto, a transparência da organização para com os clientes é essencial. Assim, a comunicação constitui importante competência da gestão ambiental, inclusive por permitir uma interação otimizada com os *stakeholders* (Neto, 2010).

Portanto, ao longo do tempo, a preocupação com a questão ambiental deixou de ser uma exclusividade de grupos utópicos alternativos, para torna-se onipresente em empresas, comunidades e governos. Dessa forma, para que uma empresa sobreviva à concorrência e ganhe destaque no setor de atuação, além de atender as demandas de mercado com qualidade, deve ainda atentar sempre ao quesito meio ambiente. O modelo de sustentabilidade pode evitar a exploração abusiva de recursos naturais, mantendo os

objetivos de desenvolvimento, mas adaptando os meios de geração de crescimento onde necessário, utilizando-se de avanços técnicos, científicos e organizacionais (Banerjee, 2001).

Diante de evidências de degradação ambiental em escala global, da superpopulação de países como Índia e China e da escassez de água potável, a questão ambiental é um desafio que não pode mais ser ignorado. Dentro da atual conjuntura globalizada, os problemas ambientais também são encarados de maneira globalizada, o que se evidencia nas exigências e barreiras impostas por países desenvolvidos para que os produtos importados tenham sido produzidos com base em uma gestão sustentável (Neto, 2010).

Os referidos danos ao meio ambiente podem, de acordo com sua gravidade, ser provável causa de desastres, que devem ser minimizados através de planos e ações de prevenção e reação. Embora, no mundo desenvolvido, respostas rápidas por parte de comunidades e organizações reduzam impactos de eventos negativos, ainda assim, este nível de resposta automática está distante do desejável (Banerjee, 2003).

O que significa dizer que o desenvolvimento futuro deverá ocorrer dentro de limites ambientais aceitáveis, sendo para tanto necessárias profundas reformas estruturais econômicas e industriais. Essas reformas concentrar-se-ão na otimização de recursos, em processos de produção não poluentes e na redução de resíduos e emissões (Banerjee, 2003), que poderá ser alcançado através de uma gestão ambiental.

Assim, percebe-se que a gestão ambiental objetiva reduzir os impactos negativos causados ao meio ambiente pelas atividades industriais. O projeto organizacional sustentável é um projeto de visão sistêmica e holística (Banerjee, 2003).

A prática da gestão ambiental pode ser adotada por organizações objetivando aumentar a consciência ambiental do seu público interno e externo, ou meramente com o intuito de cumprir a legislação específica. Os sistemas de gestão ambiental indicam aos gestores o reflexo de atitudes ambientais adequadas, resultando em produtividade, qualidade e bons resultados econômico-financeiros.

2.4. Desempenho Sustentável

O desempenho de uma organização é medido para quantificar a eficiência e a eficácia das atividades empresariais. Eficiência significa utilizar recursos economicamente, visando um nível de satisfação específico. Já a eficácia diz respeito ao atendimento, ou não, das expectativas do cliente (Clarkson, 1995).

Tipicamente, a avaliação de desempenho de uma organização seria feita através de documentos e indicadores econômicos e financeiros. Atualmente, esta campo ganhou significativa complexidade tornando estes indicadores, por si, incompletos para mensurar o desempenho total das empresas (Banerjee, 2002).

A partir dos anos 90 um grande número de sistemas abarcou cenários não financeiros, resultando em um equilíbrio entre indicadores financeiros e não financeiros, integrando fatores internos e externos as organizações.

As medidas financeiras são oriundas de documentos financeiros e contábeis, geralmente são medidas baseadas no retorno sobre o investimento, retorno sobre o patrimônio, lucro por unidade produzida, volume de vendas, entre outras. Essas medidas apresentam limitações para sua aplicação estratégica, pois não preocupam-se com a capacidade de agregar valor futuro e não estimulam a melhoria contínua (Bititci et al, 1997).

Como limitações na utilização dos sistemas de medição tradicionais também pode-se citar: visão de curto prazo para obter resultados financeiros globais; otimização do desempenho local e não global; desconsideração das medidas não-financeiras, exceto as medidas de produtividade; monitoração exclusiva dos resultados finais; irrelevância para decisões cotidianas; e desestimulação a adoção de inovações em produtividade, entre outras (Pace et al, 2003).

Já as medidas não financeiras são de grande utilidade estratégica, proporcionando a prevenção, antecipação e influência sobre resultados. Retratam a complexidade e os valores de uma organização. Isto não significa que as medidas financeiras devam ser descartadas. Porém, para avaliações de nível estratégico, como avaliação de identificação de oportunidades, inovação, qualidade, flexibilidade, confiabilidade e capacidade de resposta, é preciso o incremento proporcionado pelas medidas não financeiras (Bititci et al, 1997).

Não há um consenso acerca da definição de indicador de sustentabilidade, havendo definições diversas. Para Marzall (1999), um indicador de sustentabilidade é uma ferramenta cuja análise permite definir um sistema como sustentável ou não. Sua utilização identifica se os limites econômicos, sociais e ambientais estão sendo observados ou desrespeitados, considerando valores de referência (Cruz, 2013).

Como exemplo de sistema de medida que inclui indicadores financeiros e não financeiros o *The Balanced Scorecard* (BSC), que engloba cenários críticos (financeiro, clientes, processos internos, aprendizado e crescimento organizacional) para a gestão estratégica da organização através da visão e estratégia. Existem indicadores determinados para cada cenário, associadas às metas da empresa e difundidas em todos os níveis da organização (Kaplan e Norton, 1996).

Outro modelo conhecido no meio organizacional, que inclui indicadores financeiros e não financeiros, é o *Strategic Measurement, Analysis, and Reporting Technique* (SMART), que propõe levar a visão da organização a todos os setores da empresa, gerenciando medidas de desempenho voltadas para direcionar a organização rumo a sua visão. Seus indicadores dividem-se em indicadores da eficácia externa (mercado) e indicadores de eficiência interna (processos), e também em unidades hierárquicas de negócio (estratégico, tático e operacional) (Cross e Lynch, 1988; Krishnan, 2008).

Muito reconhecido e utilizado pelas empresas mundialmente *Global Reporting Initiative* (GRI) elaborou diretrizes para a criação de relatórios de sustentabilidade Empresarial (RSE). Tais diretrizes são classificadas em duas partes: a primeira se relaciona ao conteúdo do relatório, preocupando-se com a qualidade do mesmo. A segunda parte traça referências para desenhar o perfil da empresa, a maneira como a gestão é conduzida e os indicadores de desempenho. O modelo de relatório de sustentabilidade da GRI é hoje um dos mais utilizados, com mais de mil organizações adotando as diretrizes da terceira geração do modelo, GRI-G3 (GRI, 2006).

A GRI é uma referência internacional para RSE. O modelo propõe que se considere a opinião dos stakeholders ao traçar os indicadores relevantes, obtendo-se uma estrutura confiável para relatar a sustentabilidade, possibilitando seu uso por empresas de diferentes portes, áreas de atuação ou localização geográfica. Os

indicadores da GRI para avaliação da sustentabilidade são classificados em: sociais, econômicos e ambientais (GRI, 2006).

Além de diversas definições, há também diversos tipos de indicadores: simples; composto; quantitativo; qualitativo; vínculo; distância à meta; de metas ou de resultados; objetivos; subjetivos, entre outros. Cada um com suas vantagens e desvantagens, conforme seu contexto de aplicação. Um indicador composto é obtido quando diversos indicadores simples são agregados. Estes indicadores simples, por sua vez, são obtidos através de medição ou estimativa de uma variável indicativa (Krishnan, 2008).

Algumas vantagens do uso de indicadores compostos: sintetizam cenários complexos e multifacetados objetivando dar suporte à tomada de decisão; é mais fácil interpretar um indicador composto do que “n” indicadores independentes; são capazes de avaliar progressos ao longo do tempo; diminuem o tamanho perceptível de indicadores, sem ignorar informações relevantes; colocam questões de desempenho no centro das discussões políticas; viabilizam a comunicação com o público e fomentam a responsabilidade; auxiliam no processo de tornar informações de especialistas acessíveis para leigos; permitem comparações de cenários complexos (GRI, 2006; Cruz, 2013).

Entre as desvantagens do uso de indicadores compostos: no caso do indicador ser mal elaborado ou mal interpretado, pode gerar mensagens políticas enganosas; podem levar a conclusões políticas precipitadas; podem ser mal utilizados, ocultar deficiências e dificultar a identificação de ações corretivas, se sua elaboração não se deu com transparência e princípios técnicos sólidos; podem conduzir a políticas inadequadas se as dimensões de desempenho de difícil mensuração são ignoradas (Banerjee, 2002).

Dentro de um cenário sustentável, o sucesso de uma organização não é dado apenas pelo lucro do negócio, mas pelo desempenho global das dimensões econômica, social e ambiental. Para que um negócio seja viável financeiramente e agregue valor aos acionistas no longo prazo, deve ser conduzido de forma a levar em consideração estas três dimensões. Para isso, não basta gerenciar ameaças. Deve-se fomentar a participação dos principais stakeholders, inovando em soluções sustentáveis, observando sempre

valores como ética, transparência e compromisso com os conceitos fundamentais da sustentabilidade (Clarkson, 1995).

O conceito de desempenho de uma organização é base para pesquisas referentes às diversas estratégias administrativas. Acompanhar o desempenho organizacional, medi-lo e avaliá-lo, são ações de suma importância dentro do contexto do controle gerencial em qualquer empresa. A obtenção de medidas e indicadores é fundamental para a melhoria da organização, pois é a partir destes indicadores que se delineiam as metas da organização.

2.5. Divulgação de Resultados

O reconhecimento da importância da sustentabilidade empresarial caminha não apenas pela adoção de práticas e ações, mas também pela descrição e comunicação das informações relacionadas à temática da responsabilidade sustentável.

Essa comunicação é um fator essencial no relacionamento que se estabelece entre empresa e sociedade, servindo como estratégia empresarial a longo prazo ou fator de proteção da imagem e marca, dentre diversos fatores de eficiência da divulgação. Portanto, não se restringe a questões ambientais, incluindo também aspectos sociais que estejam ao alcance das atividades empresariais, como questões relacionadas a trabalhadores, à comunidade, ao meio ambiente, e questões éticas em geral. Em outras palavras, a divulgação de informações sobre responsabilidade sustentável empresarial é um processo de comunicação dos efeitos ambientais e sociais das atividades econômicas das organizações (Gray, 1996).

De acordo com os receptores das mensagens, as informações podem ser divulgadas de distintas maneiras, segundo a classificação de diversos autores e múltiplas categorias, como recursos humanos, ambiente, produtos, energia, comunidade e outros.

Embora a questão da adoção de ações sustentáveis e do compromisso com a responsabilidade sustentável empresarial seja um traço fundamental e relevante na estratégia das empresas, o tema da eficiente divulgação dessa informação ainda não está consolidado, já que um grande número de empresas implicadas com desenvolvimento sustentável ainda não tem êxito na divulgação dessas ações.

É certo que os estudos acerca da divulgação das informações tem destacado os relatórios anuais das empresas, considerando que este é o melhor meio de comunicação da organização com os seus *stakeholders*. No entanto, esta concepção pode resultar por excluir e oferecer uma visão estreita das práticas de divulgação (Roberts, 1991).

Tanto é assim que a internet tornou-se, em pouco tempo, um importante meio de divulgação das mais variadas informações empresariais, inclusive no que diz respeito à sustentabilidade, substituindo os meios tradicionais. As suas vantagens são evidentes em comparação aos relatórios e contas anuais feitas em papel, isso é, a internet é acessível 24h (vinte e quatro horas), ferramentas de pesquisa auxiliam a busca por dados específicos, atualização frequente viabiliza a concessão de informação em tempo real, é possível o download e a manipulação de dados, e ainda é mais adequada à preservação do meio ambiente (Adams & Frost, 2004).

Além disso, Adams & Frost (2004) apontam para as vantagens da internet como veículo de divulgação de informações relacionadas à responsabilidade sustentável, como fornecer as informações exigidas e estabelecer novas possibilidades de diálogo com os *stakeholders*. Isto porque, a internet tem propiciado, por meio da qualidade da informação, o atendimento eficiente das exigências dos *stakeholders*.

De fato, a propagação da utilização da internet tem alterado a maneira como as organizações divulgam as informações sobre suas atividades, sejam elas, financeira, ética ou ambiental. Vinculadas à confiança dos clientes e do mercado em suas atividades, as empresas tem se preocupado com a sua responsabilidade e o impacto das suas ações em temas de cunho ético, social e ambiental, o que tem incentivado a divulgação de relatórios de sustentabilidade empresarial. Neste ponto, a internet tem servido como meio alternativo e mais econômico para a divulgação de informações pelas empresas, através de suas páginas web.

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Este capítulo apresenta os aspectos associados aos procedimentos metodológicos utilizados para realização deste estudo. O capítulo se inicia apresentando as características do estudo. Em seguida, é feita a definição da amostra que será utilizada no estudo. Ao final realiza-se a definição de uma Lista de Verificação Composta (LVC) para avaliação dos RSE que compõem a amostra.

Ao se considerar os objetivos expostos no capítulo 1, esta pesquisa busca analisar a sustentabilidade empresarial com base nos indicadores sociais, ambientais e econômicos e verificar a existência ou não de uma relação com o desempenho das empresas do agronegócio brasileiro.

3.1. Tipologia da Pesquisa

Segundo as opções metodológicas descritas por Vergara (2009), a pesquisa pode ser classificada inicialmente como uma pesquisa descritiva e exploratória. Na pesquisa descritiva existe a possibilidade de emprego de variadas técnicas, dentre as quais se podem citar: estudos descritivos e correlatos, estudos de caso, estudos causais e análise documental.

Assim sendo, a análise de conteúdo foi adotada como forma de classificar as informações divulgadas nos SER, com o intuito de filtrar as informações necessárias para quantificação posterior. Portanto, a natureza do estudo pode ser definida como quantitativa, uma vez que será possível traduzir em números as opiniões e informações para, então, obter a análise dos dados e em seguida uma conclusão.

3.2. Definição da Amostra

Para alcançar os objetivos definidos, foram selecionadas as empresas que possuem atividades nos diversos segmentos do agronegócio brasileiro. O primeiro critério para escolha das empresas foi o volume de vendas apresentado por elas na relação das 50 (cinquenta) maiores empresas do ramo do agronegócio brasileiro,

divulgada pela revista *Exame*,¹ no ano de 2012, referente ao exercício de 2011, e que podemos ver no Quadro 1.

Rankig	Nome da Empresa	Raking	Nome da Empresa
1°	Bunge Alimentos	26°	Kraft Foods
2°	Cargill	27°	Minerva Foods
3°	JBS	28°	DuPont
4°	Sadia	29°	Mosaic
5°	BRF-Brasil Foods	30°	Pepsico
6°	ADM	31°	Vale Fertilizantes
7°	Copersucar-Cooperativa	32°	Cooxupé
8°	Unilever	33°	Duratex
9°	Louis Dreyfus	34°	Yara
10°	Basf	35°	C. Vale
11°	Coamo	36°	Seara
12°	Souza Cruz	37°	Cosan Açúcar e Álcool
13°	Nestlé	38°	Ultrafertil
14°	Suzano	39°	Cosan
15°	Heringer	40°	Noble
16°	CNH	41°	Caramuru
17°	Marfrig	42°	Itambé
18°	Bunge Fertilizantes	43°	Camera
19°	Bayer	44°	Usaúcar
20°	Amaggi	45°	Ajinomoto
21°	Copersucar	46°	Granol
22°	Klabin	47°	Cocamar
23°	Syngenta	48°	Lar
24°	Fibria	49°	M. Dias Branco
25°	Aurora	50°	Bianchini

Quadro 1: 50 maiores empresas do agronegócio brasileiro em volume de vendas

O segundo critério adotado para definição da amostra e a escolha, através de análise documental dos RES das 50 empresas (quando da existência destes), sobre qual modelos e diretrizes de RSE é mais utilizado pelas empresas que compõem o Quadro 1 deste estudo.

¹ <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-50-maiores-empresas-do-agronegocio-em-2012>.

Dentre as 50 (cinquenta) empresas definidas no primeiro critério, foi verificado que o modelo mais utilizado para apresentação do RSE pelas empresas, sendo então o mais encontrado nas divulgações nos seus websites, foi o modelo GRI-G3. A escolha do modelo GRI-G3 também se fundamentou no fato de ser um dos modelos com maior utilização e aceitação por empresas a nível mundial (GRI, 2006).

No Quadro 2 é possível ver a estratificação da amostra no que tange aos critérios definidos no parágrafo anterior. Foram escolhidos RSE que representassem dados do exercício empresarial de 2011, justificado pelo fato de ser o mesmo ano de exercício empresarial divulgado pela revista Exame, e porque algumas empresas ainda não divulgaram seus RSE referentes ao exercício do ano de 2012.

Número total de empresas	50
Empresas que utilizam o modelo GRI a nível nacional	22
Empresas que utilizam o modelo GRI a nível Global	7
Empresas que utilizam modelo não GRI	6
Empresas que utilizam apenas relatórios financeiros	9
Empresas que não dispõem informações no site	6
Número de empresas a serem estudadas	22

Quadro 2: Classificação de empresas que utilizam modelo GRI

Ainda pode-se perceber que dentre as 50 (cinquenta) empresas estudadas, 22 (vinte duas) optaram pela utilização e divulgação de seus relatórios de sustentabilidade anual no formato GRI-G3, em seus websites; 7 (sete) empresas analisadas, por serem empresas multinacionais, englobam seus relatórios de sustentabilidade à matriz internacional, o que por opção de pesquisa foi também fator excludente, já que os relatórios não retratam apenas a realidade brasileira; 6 (seis) empresas apresentaram relatórios de sustentabilidade em seus websites em caráter nacional, porém com utilização de outras diretrizes que não a GRI-G3, por isso também foram excluídas, uma vez que, a avaliação dos relatórios, que veremos no decorrer do trabalho, será formada por uma lista de checagem voltada aos indicadores dos relatórios escolhidos e precisa-se de um padrão definido para tal. Das empresas restantes, apenas 9 (nove) mencionaram sustentabilidade em seus websites; as últimas 6 (seis) empresas tampouco apresentam relatórios financeiros ou citam sustentabilidade em seus websites

O Quadro 3 apresenta as empresas do agronegócio brasileiro que foram citadas pela revista Exame e que contém seus relatórios no formato GRI-G3 expostos em seus websites. Como se observa, as empresas estão expostas em ordem crescente segundo os seus respectivos volumes de vendas, em milhões de dólares anuais. O Quadro 3 também apresenta o segmento de atividade em que as empresas atuam no agronegócio. Ainda no Anexo 7.1 encontra-se a listagem completa das 50 (cinquenta) maiores empresas do agronegócio no ano de 2011, com as informações do volume de vendas e o segmento ao qual as empresas pertencem dentro do agronegócio.

Posição	Nome da Empresa	Segmento de Atuação	Vendas(US\$ milhões)
1º	Bunge Alimentos	Bens de Consumo	19.319,9
2º	BRF/Sadia	Aves e Suínos	12.859,8
3º	BRF-Brasil Foods	Aves e Suínos	12.831,8
4º	Copersucar-Cooperativa	Açúcar e Álcool	8.412,8
5º	Unilever	Bens de Consumo	7.295,5
6º	Nestlé	Leite e Derivados	5.240,4
7º	Suzano	Prod. Madeira e Celulose	4.882,6
8º	Heringer	Aduos e Defensivos	4.833,5
9º	Marfrig	Carne Bovina	4.576,6
10º	Bunge Fertilizantes	Aduos e Defensivos	4.473,6
11º	Amaggi	Prod. Agropecuária	4.129,7
12º	Copersucar	Prod. Agropecuária	3.969,6
13º	Klabin	Prod. Madeira e Celulose	3.888,6
14º	Syngenta	Aduos e defensivos	3.846,0
15º	Fibria	Prod. Madeira e Celulose	3.753,9
16º	Minerva Foods	Carne Bovina	3.565,0
17º	Mosaic	Aduos e Defensivos	3.292,4
18º	Duratex	Prod. Madeira e celulose	2.907,3
19º	Seara	Aves e Suínos	2.743,5
20º	Cosan Açúcar e Álcool	Açúcar e Álcool	2.623,1
21º	Cosan	Prod. Agropecuária	2.271,3
22º	Usaçúcar	Açúcar e Álcool	1.906,6

Quadro 3: Listagem das empresas selecionadas para o estudo.

3.3. Lista de Verificação Composta

Como já referenciado neste capítulo, a recolha de dados dos RSE que compõem a amostra foi feita por meio de um estudo exploratório, através de análise de conteúdo e para tal se fez necessária a elaboração de uma Lista de Verificação Composta (LVC), o que torna possível a avaliação das repostas por parte das empresas aos indicadores propostos pelo modelo GRI-G3 no âmbito do tripé sustentável: econômico, social e ambiental.

Segundo (CICA, 2008 *apud* Faria, 2010), apenas o apontamento da utilização, ou não, por parte das empresas dos indicadores de desempenho na LVC não torna possível uma correta avaliação das empresas que compõem o estudo, uma vez que, deve-se ponderar pesos distintos para cada indicador, levando em conta sua relevância para as características do setor em estudo. A existência, nas diretrizes dos relatórios GRI, de indicadores essenciais e indicadores adicionais reforça a importância de uns indicadores sobre outros e torna mais clara a necessidade de uma análise ponderada.

Com base nesses pressupostos, pode-se compreender que a definição dos pesos para cada indicador de desempenho será definido pela importância que cada um tem para o setor do estudo. Embora cada indicador receba um peso com base em sua relevância é importante pré-definir os pesos a serem utilizados (CICA, 2008 *apud* Faria, 2010).

Classificação	Descrição da importância da informação	Peso
Facultativa	Depende da indústria ou de condições específicas de cada organização	1
Desejável	Ajuda a análise do desempenho passado e perspectivas futuras	2
Importante	Ajuda a analisar as atividades da empresa risco/retorno	4
Muito importante	Informação proporciona a compreensão das atividades da empresa	5

Quadro 4: Importância do indicador de desempenho. Adaptado de Faria (2010).

Não obstante a ponderação de peso é feita a cada indicador existente nas diretrizes dos relatórios GRI-G3 com base na aplicação do setor em estudo, ainda assim, torna-se importante que se estabeleça uma variável para medição da qualidade da informação que a empresa apresenta, ou não, para cada indicador. Assim, (CICA, 2008 *apud* Faria, 2010:22) sugere que se defina uma escala para a avaliação da divulgação de informação por parte da empresa. Para tal foi definida uma escala de 0 a 4, como se pode observar no Quadro 5, e com isso quanto mais práticas de ações sustentáveis a empresa efetuar e com maior pontuação na escala avaliada para cada indicador, maior será seu Nível de Sustentabilidade Empresarial (NSE).

Avaliação dos indicadores apresentados pela Empresa	Escala
Não faz referência ao indicador	0
Faz referência ao indicador como “não aplicável” à sua atividade.	1
Faz referência ao indicador mas não o cumpre; não o considera relevante para a sua atividade ou o valor é nulo.	2
Faz referência ao indicador mas não se verifica na totalidade a sua Implementação.	3
Faz referência ao indicador e o aplica.	4

Quadro 5: Avaliação dos indicadores apresentados pela empresa. Adaptado de Faria (2010).

Após tais ponderações se torna possível a definição de uma LVC para avaliação dos RSE de todas as empresas que compõem o universo do estudo. Desta maneira é possível, não somente realizar uma análise do conteúdo presente nos RSE, como também ranqueá-los por meio do NSE gerado em cada avaliação de relatório. No Quadro 6 lista-se os indicadores que compõem as diretrizes do GRI-G3, juntamente com os pesos aplicados a cada indicador de desempenho conforme exposto no Quadro 4, e uma coluna em aberto onde atribui-se a avaliação das informações apresentadas pelas empresas para cada indicador de desempenho com base no Quadro 5.

CATEGORIA	INDICADORES DE DESEMPENHO	GRI	PESO	AVALIAÇÃO	NSE
ECONOMICOS	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade.	E-EC1	2		
	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	E-EC2	5		
	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício que a organização oferece.	E-EC3	4		
	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	E-EC4	5		
	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	A-EC5	2		
	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais.	E-EC6	5		
	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	E-EC7	4		
	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie.	E-EC8	2		
	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	A-EC9	1		
AMBIENTAIS	Materiais usados por peso ou volume.	E-EN1	2		
	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	E-EN2	5		
	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	E-EN3	4		
	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	E-EN4	4		
	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	A-EN5	4		
	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia.	A-EN6	4		
	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	A-EN7	4		
	Total de retirada de água por fonte.	E-EN8	2		

	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	A-EN9	4			
	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	A-EN10	5			
	Localização e tamanho da área possuída, dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	E-EN11	5			
	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	E-EN12	4			
	Habitats protegidos ou restaurados.	A-EN13	4			
	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	A-EN14	2			
	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, pelo nível de risco de extinção.	A-EN15	1			
	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	E-EN16	4			
	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	E-EN17	2			
	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	A-EN18	4			
	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	E-EN19	4			
	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	E-EN20	4			
	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	E-EN21	2			
	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	E-EN22	2			
	Número e volume total de derramamentos significativos.	E-EN23	2			
	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia13	A-EN24	1			
	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem.	A-EN25	1			
	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	E-EN26	4			
	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	E-EN27	5			
	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	E-EN28	5			
	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	A-EN29	2			
	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	A-EN30	2			
	PRÁTICAS LABORAIS, COND. TRAB.	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	E-LA1	4		
		Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	E-LA2	4		
		Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, pelas principais operações.	A-LA3	2		
		Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	E-LA4	4		
		Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	E-LA5	2		
		Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde.	A-LA6	1		
		Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	E-LA7	5		
		Prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	E-LA8	2		
Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.		A-LA9	1			
Média de horas de treinamento ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.		E-LA10	1			
Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.		A-LA11	2			
Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.		A-LA12	4			
Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária.		E-LA13	2			
Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.		E-LA14	4			
TU S HU MA	Percentual e número total de contratos de investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	E-HR1	5			

	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	E-HR2	2		
	Total de horas de treinamento em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	A-HR3	1		
	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	E-HR4	5		
	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco e medidas tomadas para apoiar esse direito.	E-HR5	4		
	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	E-HR6	5		
	Operações identificadas como de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a erradicação.	E-HR7	5		
	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	A-HR8	2		
	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	A-HR9	4		
	SOCIEDADES	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	E-SO1	2	
Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.		E-SO2	5		
Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.		E-SO3	4		
Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.		E-SO4	4		
Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.		E-SO5	2		
Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.		A-SO6	4		
Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.		A-SO7	4		
Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.		E-SO8	5		
RESPONSABILIDADE SOBRE PRODUTO	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual sujeitos a esses procedimentos.	E-PR1	2		
	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	A-PR2	4		
	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	E-PR3	4		
	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por resultado.	A-PR4	4		
	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	A-PR5	2		
	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	E-PR6	2		
	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, discriminados por tipo de resultado.	A-PR7	2		
	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	A-PR8	2		
	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	E-PR9	5		

Quadro 6: Lista de Verificação Composta para avaliação de NSE adaptada de (CICA, 2008 *apud* Faria, 2010)

A partir da definição de uma LVC cria-se um método linear e estruturado que proporciona uma análise de conteúdo parcial e irrefutável. Embora interpretações do pesquisador, para avaliar a pontuação de informações apresentadas por cada indicador,

possa sofrer influência pessoal, esta influência tende a ser minimizada, no resultado final, pelas ponderações de peso aplicadas aos indicadores para o cálculo final do Nível de Sustentabilidade Empresarial (NSE).

3.4. Variáveis

A partir das definições anteriores foi possível uma recolha de dados nos RSE levando em conta distintas definições de variáveis, as quais foram agrupadas em variáveis dependentes e independentes e veremos a seguir.

3.4.1. Variáveis dependentes

a) NSE

A partir da aplicação da Lista de Verificação Composta (LVC) nos RSE foi possível obter dados necessários para compor o NSE (*Nível de Sustentabilidade Empresarial*). Desse modo, pode-se definir o NSE como sendo uma variável dependente, resultante da avaliação dos RSE, esta variável caracteriza, por si só, o nível de comprometimento das empresas com a sustentabilidade de uma maneira geral, considerando os três componentes do tripé sustentável: Economia, Ambiente e Social.

b) NSE Econômica

Esta variável apresenta as mesmas características da variável NSE, porém leva em conta somente as informações dos indicadores de desempenho econômicos que formam os relatórios GRI.

c) NSE Ambiental

Esta variável apresenta as mesmas características da variável NSE, porém leva em conta somente as informações dos indicadores de desempenho ambientais que formam os relatórios GRI.

d) NSE Sociais

Esta variável apresenta as mesmas características da variável NSE, porém leva em conta somente as informações dos indicadores de desempenho sociais que formam os relatórios GRI.

3.4.2. Variáveis independentes

Os dados referentes às variáveis a seguir descritas foram extraídos de umas destas quatro fontes: Base de dados da revista Exame; RSE; Relatórios Financeiros; e websites das empresas. Todos relacionados única e exclusivamente às 22 (vinte e duas) empresas que compõem o estudo.

a) Dimensão

É uma variável que leva em conta o volume de vendas (volume de negócios) das empresas no ano. Esta variável, correlacionada com as variáveis independentes expostas no item anterior, pode vir a revelar relações de influência entre elas.

b) Idade

A idade representa a data de fundação da empresa. No caso de multinacionais leva-se em conta a data em que a empresa começou a operar em solo brasileiro, para estar em consonância com os SER, que também atendem este quesito. Sua representação é feita em números de anos de atividade empresarial.

c) Segmento

Esta variável faz referência à distinção dos segmentos (setores) nos quais as empresas atuam. Os diferentes segmentos dentro do agronegócio podem representar diferentes realidades operacionais, o que justifica a utilização desta.

d) Cotada

Leva em conta se a empresa é ou não cotada na bolsa de valores de São Paulo, Ibovespa, e seus valores são binários, zero para não possuir capital aberto e um para possuir capital aberto.

e) Endividamento

Esta variável leva em conta o endividamento total que a empresa assumiu no ano de 2011. Foi extraído, em sua totalidade, da base de dados da revista Exame.

3.5. Hipóteses de Investigação

Neste item, desenvolvem-se hipóteses, com o intuito de testar relações e encontrar padrões que possam auxiliar na compreensão das relações entre o NSE, NSE econômico, NSE ambiental e NSE Social praticado pelas empresas e as variáveis independentes definidas no item 3.4. Com isso, é possível traçar um perfil sobre padrões e tendências que circundam as empresas do agronegócio brasileiro e suas políticas de sustentabilidade empresarial, podendo assim, alcançar uma melhor compreensão dos fatores que tem ligação com as características empresariais expostas nos RSE das empresas.

a) Dimensão

A dimensão da empresa é citada por autores como uma variável importante em estudos relacionados à sustentabilidade empresarial, isto porque, empresas com maior tamanho tendem a chamar mais atenção dos consumidores, de forma geral, o que justificaria uma maior tendência a relatar suas ações, se comparadas a empresas com menor dimensão (Branco e Rodrigues, 2008; Choi, 1999). Algumas empresas veem, nessa visibilidade perante a sociedade, uma oportunidade de elevar seu prestígio, por meio da divulgação de ações sustentáveis positivas.

H1: Existirá uma relação positiva entre a dimensão (volume de vendas) da empresa e o Nível de Sustentabilidade Empresarial.

H1a: É positiva a relação entre a dimensão (volume de vendas) da empresa e o elevado Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores econômicos.

H1b: É positiva a relação entre a dimensão (volume de vendas) da empresa e o elevado Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores ambientais.

H1c: É positiva a relação entre a dimensão (volume de venda)s da empresa e o elevado Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores sociais.

b) Idade da Empresa

Segundo Choi (1999), as empresas que possuem maior tempo de atividade, tem mais a perder com exposições negativas do que empresas com menor expressão, uma

vez que podem pôr em jogo uma reputação positiva construída perante seus *stakeholders*.

H2: Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial.

H2a: Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores econômicos.

H2b: Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores ambientais.

H2c: Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores sociais.

c) Segmento de atuação

É sabido que, a cada dia, mais empresas estão na mira de entidades governamentais responsáveis pela fiscalização de possíveis impactos ambientais por elas causados, o que pode resultar em punições severas e acarretar custos relevantes a estas empresas (Patten, 1991). Partindo deste pressuposto, segmentos que atuam em contato maior com ambiente ou que estão com maior grau de exposição à sociedade tendem a utilizar-se dos RSE como ferramenta de defesa e divulgação de uma boa imagem. Moneva e Llena (1996) aponta que empresas do setor elétrico tem grande números de informações divulgadas, no que tangem aos indicadores sociais, o que poderia ser um indício do uso dos relatórios como meio de melhorar a reputação.

H3: Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores.

H3a: Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores apenas para indicadores econômicos.

H3b: Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores apenas para indicadores ambientais.

H3c: Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores apenas para indicadores sociais.

d) Cotada

O fato de empresas terem seu capital aberto em bolsas de valores acaba elevando a visibilidade destas perante o mercado, tornando, assim, importante a manutenção de uma imagem positiva (Archel, 2003). Esta imagem poderia ser atingida por meio da divulgação de boas práticas de sustentabilidade, em um mundo cada vez mais atento a causa. Além do que uma exposição negativa da empresa, em teoria, poderia desencadear diminuição no valor de suas ações.

H4: As empresas com capital aberto apresentam um Nível de Sustentabilidade Empresarial maior.

H4a: As empresas com capital aberto apresentam um Nível de sustentabilidade empresarial maior apenas para indicadores econômicos.

H4b: As empresas com capital aberto apresentam um Nível de sustentabilidade empresarial maior apenas para indicadores ambientais.

H4c: As empresas com capital aberto apresentam um Nível de Sustentabilidade Empresarial maior apenas para indicadores sociais.

e) Endividamento

Segundo (Roberts, 1992), quanto maior for o endividamento de uma empresa, mais próxima ela tende a estar das partes interessadas, que neste caso seriam os credores. Isto poderia justificar um maior interesse por parte destas empresas com a divulgação de bons resultados e boas práticas, o que, teoricamente, proporcionaria uma imagem de empresa com menor risco de investimentos.

H5: O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial.

H5a: O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial apenas para indicadores econômicos.

H5b: O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial apenas para indicadores ambientais.

H5c: O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial apenas para indicadores sociais.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A partir do momento em que foi estabelecida a metodologia a ser seguida para análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade empresariais, se faz necessária sua aplicação na amostra que definimos anteriormente. Primeiramente, evidencia-se o perfil das empresas que compõem a amostra; em seguida foi efetuada a análise de conteúdo com base no Quadro 6 apresentado no capítulo anterior; posteriormente, são realizadas provas estatísticas, teste de hipóteses e análise dos resultados atingidos.

4.1. Perfil das Empresas

O estudo foi estabelecido sobre uma base de 50 (cinquenta) empresas, das quais foram estratificadas 22 (vinte e duas), seguindo os critérios definidos no capítulo anterior. As 22 (vinte e duas) empresas estratificadas pertencem a um montante de 8 (oito) segmentos, os quais são apresentados no gráfico abaixo.

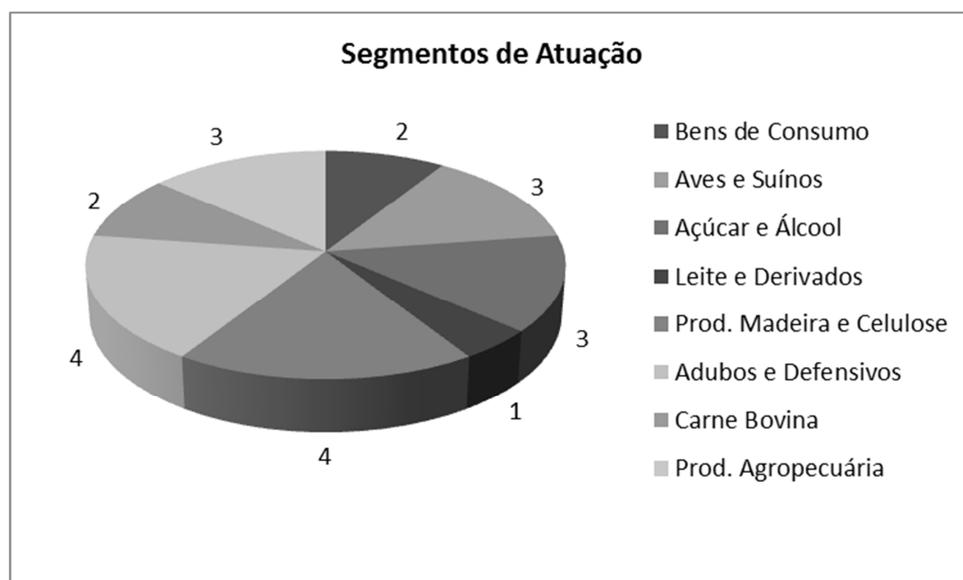


Gráfico 1: Segmentos de atuação das empresas que compõem o estudo

Ainda observasse no gráfico acima que a distribuição das empresas entre os 8 (oito) segmentos é uniforme, o que pode significar que, embora exista uma amostra limitada de empresas, a amostra representa, praticamente em igualdade empresas por segmentos.

Outra informação que se leva em conta a partir da amostra do Quadro 3 é o volume de vendas por empresa, das quais se destacam 3 (três) empresas ao atingirem um volume de vendas superior a 12 (doze) bilhões de dólares por ano. São elas: “Bunge Alimentos”, “BRF/Sadia” e “Brasil Foods”. No Gráfico 2, pode-se verificar, de maneira clara, o contraponto entre os volumes de vendas das empresas que compõem a amostra.

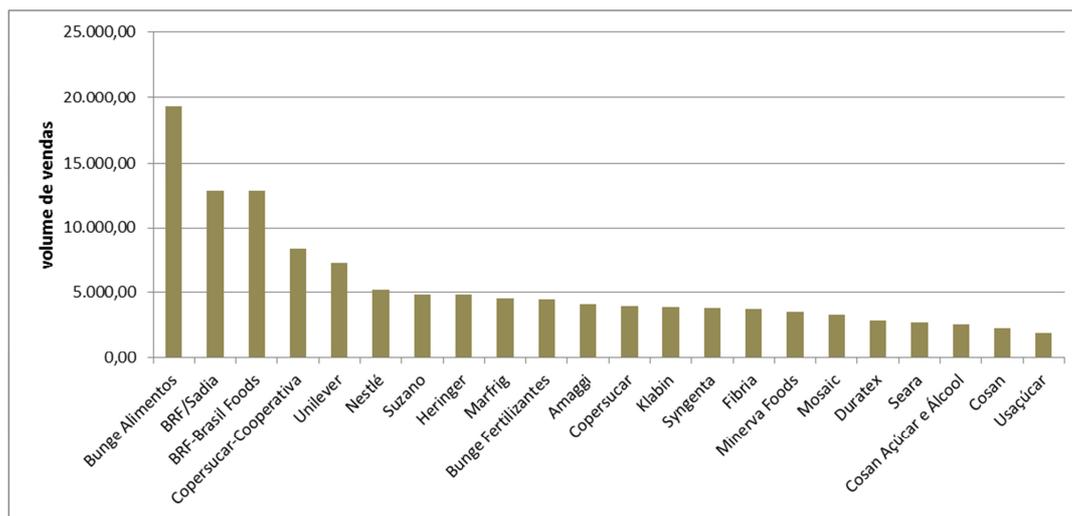


Gráfico 2: Volume de Vendas por Empresa

Também se observa no Quadro 3 o volume de vendas e o segmento referente ao ano de 2011 das 22 (vinte duas) empresas que compõem a amostra. No gráfico abaixo foi apresentada a média do volume de vendas das empresas que compõem cada segmento de atuação. Os valores que definem o gráfico abaixo são resultantes da divisão da soma do volume de vendas das empresas de cada segmento pelo número de empresas em cada segmento, o que apresenta a média do volume de vendas para a amostra.

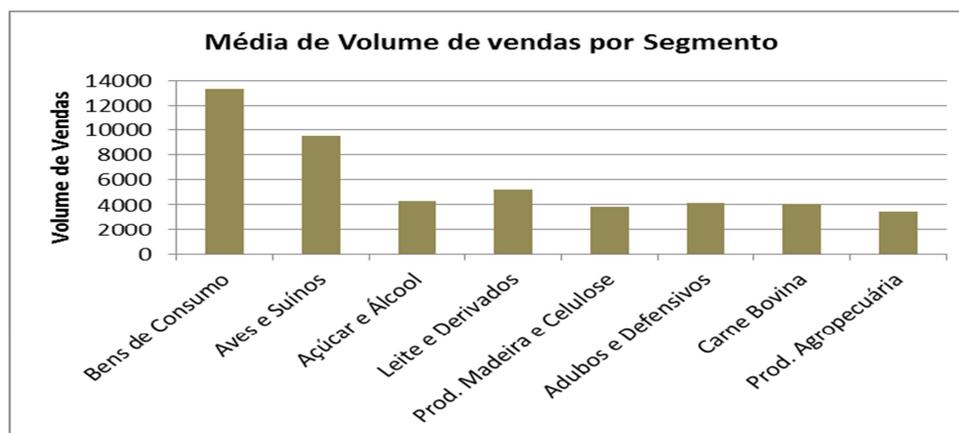


Gráfico 3: Média de volume de vendas por Segmento

O gráfico acima possibilita um melhor entendimento sobre os segmentos expostos na amostra e seus respectivos volumes de vendas. É possível verificar que o segmento de Bens de Consumo e o segmento de Aves e Suínos apresentam superior volume de vendas, se comparados aos demais segmentos.

4.2. Análise Descritiva dos Resultados

4.2.1. Definição do NSE

No capítulo anterior foi apresentada a elaboração de uma LVC com base nos indicadores de desempenho que compõem as diretrizes do modelo GRI-G3 e com base nas definições apresentadas por (CICA, 2008 apud Faria, 2010), que sugere a aplicação de pesos a serem ponderados para cada indicador que compõem o modelo GRI-G3, conforme a área de atuação das empresas, neste caso o agronegócio. Cabe salientar que essa escolha fica a cargo do pesquisador, a quem é incumbida à função de avaliar intuitivamente quais indicadores devem ter maior ou menor relevância, com base no seu conhecimento acerca do assunto, fundamentado pela pesquisa de literatura e conhecimento de campo.

Após a elaboração da LVC e recolha dos relatórios de sustentabilidade a serem avaliados, em visita aos websites das empresas, fez-se importante a construção de uma planilha eletrônica com base na LVC para tornar o processo de avaliação mais consistente e seguro.

A base de cálculo para definição do NSE e empregada na planilha é definida por:

$$\sum \frac{(B1 * C1)}{B1}$$

Onde:

B1= Peso atribuído aos indicadores conforme sua importância.[1; 2; 4; 6] conforme definido no Quadro 4.

C1= Escala atribuída pelo pesquisador para cada indicador apresentado, ou não, pela empresa. [0;1;2;3;4].conforme definido no Quadro 5.

Com a base de dados formada, após avaliação dos RES, foram obtidos os NSE apresentados no quadro a seguir:

Posição	Nome da Empresa	Segmento de Atuação	Vendas (US\$ milhões)	NSE
1º	Bunge Alimentos	Bens de Consumo	19.319,9	3,3353
2º	BRF/Sadia	Aves e Suínos	12.859,8	3,1835
3º	BRF-Brasil Foods	Aves e Suínos	12.831,8	3,1523
4º	Copersucar-Cooperativa	Açúcar e Álcool	8.412,8	3,0507
5º	Unilever	Bens de Consumo	7.295,5	3,0820
6º	Nestlé	Leite e Derivados	5.240,4	1,7187
7º	Suzano	Prod. Madeira e Celulose	4.882,6	3,2578
8º	Heringer	Adubos e Defensivos	4.833,5	1,9843
9º	Marfrig	Carne Bovina	4.576,6	2,1255
10º	Bunge Fertilizantes	Adubos e Defensivos	4.473,6	3,2382
11º	Amaggi	Prod. Agropecuária	4.129,7	3,3437
12º	Copersucar	Prod. Agropecuária	3.969,6	2,9765
13º	Klabin	Prod. Madeira e Celulose	3.888,6	3,1251
14º	Syngenta	Adubos e defensivos	3.846,0	1,8828
15º	Fibria	Prod. Madeira e Celulose	3.753,9	3,6875
16º	Minerva Foods	Carne Bovina	3.565,0	1,1640
17º	Mosaic	Adubos e Defensivos	3.292,4	3,5351
18º	Duratex	Prod. Madeira e celulose	2.907,3	1,9023
19º	Seara	Aves e Suínos	2.743,5	2,0912
20º	Cosan Açúcar e Álcool	Açúcar e Álcool	2.623,1	2,3554
21º	Cosan	Prod. Agropecuária	2.271,3	1,7617
22º	Usaçúcar	Açúcar e Álcool	1.906,6	1,0342

Quadro 7: Nível de Sustentabilidade Empresarial

O NSE foi definido sobre o valor escalar apresentado no Quadro 5, o que limita seus valores entre [0...4], onde 0 é o valor mínimo possível e 4 o valor máximo possível. Ao se analisar o Quadro 7, é possível perceber que NSE varia significativamente entre

as 22 (vinte e duas) empresas estudadas, o que representa, em primeira análise, que, enquanto algumas empresas praticam a sustentabilidade com mais afinco, outras nem tanto.

Para reforçar este entendimento calcula-se a média do NSE das 22 (vinte e duas) empresas estudadas, a qual apresenta valor igual a 2,5903. Pode-se, então, constatar que 12 (doze) empresas apresentam seus NSE acima da média, com valores variando entre 3,6875 “Fibria” e 2,9765 “Copersucar”. O mesmo se aplica às demais 10 (dez) empresas abaixo da média, com valores variando entre 2,3554 “Cosan Açúcar e Alcool” e 1,0342 “Usaçúcar”.

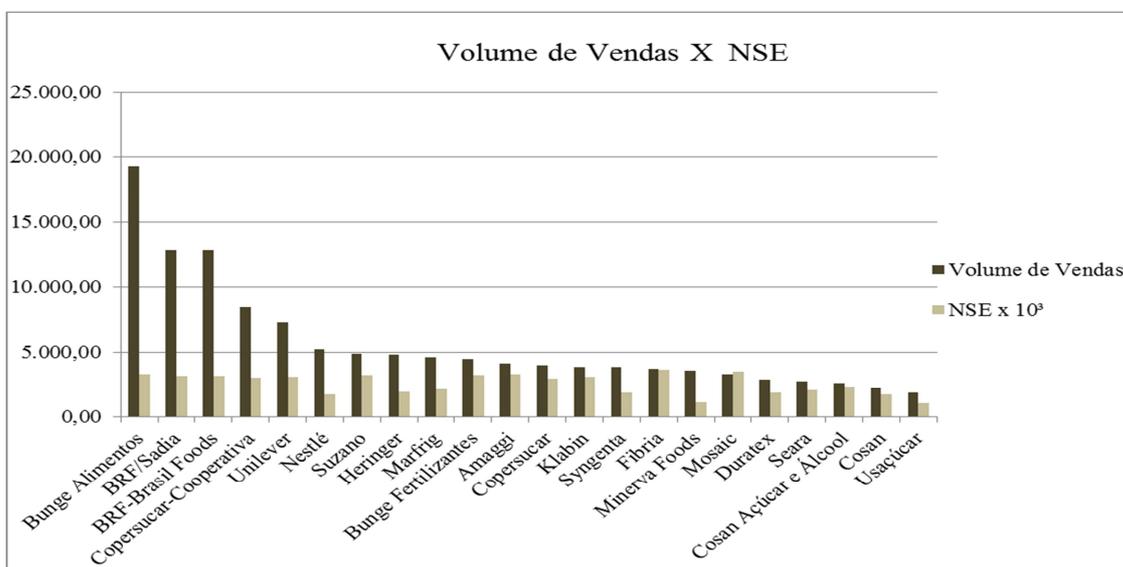


Gráfico 4: Comparação entre Volume de Vendas e NSE

No Gráfico 4 vê-se que, enquanto o volume de vendas das empresas apresentam valores decrescentes do maior para o menor, o NSE das empresas não acompanha esta máxima e apresenta valores alternados entre as 22 (vinte e duas) empresas, o que em uma análise puramente holística e intuitiva pode significar que o volume de vendas não apresenta relação com NSE das empresas.

4.2.2. Estatística Descritiva e Análise Bivariada

A fim de comprovarmos estatisticamente os dados coletados através da análise de conteúdo, será definida a seguir a estatística descritiva e efetuadas as análises bivariadas cabíveis a este estudo.

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva para variáveis dependentes e variáveis independentes, como se pode observar:

Variáveis Dependentes				
	Mediana	Media	Desvio Padrão	N Válidos
NSE Social	2,9687	2,6573	,82674	22
NSE Ambiental	2,6479	2,5055	1,0003	22
NSE Econômico	2,6	2,5818	,9441	22
NSE	3,0136	2,5903	,7991	22
Variáveis Independentes				
	Mediana	Media	Desvio Padrão	N Válidos
Dimensão	4049,65	5619,250	4255,297	22
Idade	54,5	50,500	36,7990	22
Endividamento	57,7	46,964	33,1101	22
Segmento Atuação	3	3,409	2,5757	22

Tabela 1: Estatísticas descritivas das variáveis numéricas

Em um primeiro momento procedeu-se à exploração dos dados através de uma análise de frequências. Foi calculada a mediana, a média e o desvio padrão das 22 (vinte e duas) empresas componentes da amostra, como podemos ver respectivamente nas colunas dois, três e quatro da tabela acima. Porém, para cargo de avaliação, leva-se em conta somente a mediana, em razão da base de dados ser formada por valores ordinais e não contínuos.

Como se trata de um estudo de natureza exploratória, se aplica, de forma mais adequada, métodos estatísticos não paramétricos bivariados para testar as relações entre as variáveis independentes, “dimensão”, “idade”, “segmento”, “cotação” e “endividamento” e as variáveis dependentes, representadas pelo “NSE”; “NSE Econômico”, “NSE Social” e “NSE Ambiental”.

Para testar a variável “cotação”, que é medida em uma escala ordinal, foi utilizado o teste de *Mann-Whitney U*. Já para o teste das variáveis “dimensão”, “idade” e “endividamento” foi utilizado o teste de *Spearman’s Rho*; e para a variável “segmento” utilizou-se o teste de *Kruskal-wallis*.

4.2.2.1. Teste de *Mann-Whitney U*

Existe a finalidade de testar a existência de uma correlação significativa entre a variável ordinal “cotação” e as variáveis dependentes “NSE”, “NSE Econômico”, “NSE Social” e “NSE Ambiental”, conforme hipóteses estabelecidas no capítulo 3, e que vemos resumidamente na Tabela 2.

Relação de Variáveis	Hip.	Descrição
Cotada x NSE	H4	As empresas com capital aberto apresentam um nível de sustentabilidade empresarial maior.
Cotada x NSE Economico	H4a	As empresas com capital aberto apresentam um nível de sustentabilidade empresarial maior apenas para indicadores econômicos.
Cotada x NSE ambiental	H4b	As empresas com capital aberto apresentam um nível de sustentabilidade empresarial maior apenas para indicadores ambientais.
Cotada x NSE Social	H4c	As empresas com capital aberto apresentam um Nível de Sustentabilidade Empresarial maior apenas para indicadores sociais.

Tabela 2: Hipóteses sobre variáveis ordinais

As hipóteses (H5; H5a; H5b; H5c) questionam o fato de que uma empresa cotada na bolsa de valores poderia apresentar nível de sustentabilidade empresarial superior às empresas não cotadas. Todas as hipóteses, como podemos ver na Tabela 3 e no Anexo 7, foram inconclusivas e não puderam ser comprovadas, ao que parece não existe relação entre a empresa estar cotada na bolsa com os níveis de sustentabilidade empresarial divulgados.

	NSE_social	NSE_ambiental	NSE_economico	NSE
Chi-Square	37,000	48,500	46,000	47,000
Asymp. Sig.	,275	,778	646	,698

Tabela 3: Testes De Mann-Whitney: Não Significativos

4.2.2.2. Teste de Spearman's Rho

Para testarmos a veracidade das hipóteses apresentadas na Tabela 4, que são compostas pelas variáveis independentes de “Dimensão”, “Idade”, “Endividamento”, e as variáveis dependentes “NSE”, “NSE Econômico”, “NSE Social” e “NSE Ambiental”, foram estabelecidas hipóteses conforme podemos ver na Tabela 5.

Relação de Variáveis	Hip.	Descrição
Dimensão x NSE	H1	Existirá uma relação positiva entre a dimensão (volume de vendas) da empresa e o Nível de Sustentabilidade Empresarial.
Dimensão x NSE Economico	H1a	É positiva a relação entre a dimensão (volume de vendas) da empresa e elevado Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores econômicos.
Dimensão x NSE ambiental	H1b	É positiva a relação entre a dimensão (volume de vendas) da empresa e elevado Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores ambientais.
Dimensão x NSE Social	H1c	É positiva a relação entre a dimensão (volume de vendas) da empresa e elevado Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores

		sociais.
Idade x NSE	H2	Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial.
Idade x NSE Econômico	H2a	Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores econômicos.
Idade x NSE ambiental	H2b	Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores ambientais.
Idade x NSE Social	H2c	Quanto maior o tempo de funcionamento da empresa maior o Nível de Sustentabilidade Empresarial somente para indicadores sociais.
Endividamento x NSE	H5	O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial.
Endividamento x NSE Econômico	H5a	O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial apenas para indicadores econômicos.
Endividamento x NSE ambiental	H5b	O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial apenas para indicadores ambientais.
Endividamento x NSE Social	H5c	O endividamento da empresa está positivamente relacionado com o Nível de Sustentabilidade Empresarial apenas para indicadores sociais.

Tabela 4: Hipóteses testadas com testes de Spearman's Rho

Com exceção da hipótese H1b, todas as demais hipóteses da Tabela 4 não foram comprovadas. O grau de endividamento empresarial (H5; H5a; H5b; H5c) e a idade da empresa (H2; H2a; H2b; H2c) parecem não influenciar no Nível de Sustentabilidade Empresarial. Já dentre as hipóteses relacionadas à dimensão da empresa (H1; H1a; H1b; H1c), a hipótese H1b apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o NSE Ambiental e a dimensão da empresa representada pelo volume de vendas, logo a hipótese H1b é aceita como se pode ver na Tabela 5 e o Anexo 7.3.

		NSE_social	NSE_ambiental	NSE_economico	NSE
Dimensão	Correlation Coefficient	,359	,468*	,099	,407
	Sig. (2-tailed)	,101	,028	,660	,060
*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).					

Tabela 5: Teste Sperman Hipótese válida

4.2.2.2. Teste de *Kruskal-wallis*

O segmento em que a empresa atua parece não influenciar no Nível de Sustentabilidade Empresarial. As hipóteses (H3; H3a; H3b; H3c), que se pode ver na Tabela 6, aparentam ter um grau de relação entre segmento e NSE não significativo, embora não se deva rechaçar a hipótese devido à limitação da base de dados em que foram testadas.

Relação de Variáveis	Hip.	Descrição
Segmento x NSE	H3	Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores.
Segmento x NSE Economico	H3a	Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores apenas para indicadores econômicos.
Segmento x NSE ambiental	H3b	Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores apenas para indicadores ambientais.
Segmento x NSE Social	H3c	Existem segmentos de atuação da empresa em que os Níveis de Sustentabilidade Empresarial são maiores apenas para indicadores sociais.

Tabela 6: Hipóteses testadas com testes de kruskal-wallis

Na Tabela 6 é possível verificar as hipóteses testadas e na Tabela 7 os resultados do teste de *Kruskal-wallis*.

	NSE_social	NSE_ambiental	NSE_economico	NSE
Chi-Square	5,441	10,634	7,044	6,846
df	7	7	7	7
Asymp. Sig.	,606	,155	,424	,445

Tabela 7: Teste de *Kruskal-wallis*: não significativo

Ao final se verifica que das hipóteses postas a teste, somente a H1b se mostra significativa, o que pode significar que o volume de vendas está diretamente relacionado com os NSE Ambientais.

O fato dos NSE ambientais terem se mostrado relevantes neste estudo, ao contrário dos outros dois pilares de sustentação do tripé sustentável (NSE Econômico e NSE social), pode significar que as empresas tendem a se preocupar mais com questões ambientais do que com as outras duas definições de indicadores.

Uma justificativa plausível para este resultado seria o fato de que, cada dia mais, a sociedade cobra das empresas um comprometimento com o meio ambiente, e o não comprometimento poderia significar retaliações por parte *stakeholders*, sejam eles, fornecedores, clientes empresariais ou clientes pessoa física.

Não menos importante, a incidência cada vez maior de multas pesadas e embargos de funcionamento por parte dos órgãos competentes para empresas que não

cumprem as normas ambientais, também pode fazer com que as empresas demonstrem essa preocupação.

5. CONCLUSÕES

Norteadas cada vez mais pelas exigências impostas pela sociedade, as empresas buscam investir e se organizar no que se refere a práticas sustentáveis, não somente no âmbito ambiental mas também levando em conta fatores sociais e principalmente econômicos e o desenvolvimento sustentável pode ser a única alternativa para a humanidade em um mundo que clama cada vez mais por desenvolvimento mas que ao mesmo tempo tem bocas para alimentar.

Este estudo objetivou o entendimento das políticas assumidas pelas empresas do agronegócio brasileiro bem como verificou se a política sustentável promovida e divulgada por estas empresas estaria diretamente relacionada às suas características e práticas organizacionais.

Para se atingir os objetivos foram analisadas 50 empresas que apareceram na lista das 50 maiores do agronegócio brasileiro fornecida pela revista Exame. Dentre as 50 empresas que compunham a lista somente 22 foram aproveitadas por atenderem ao critério de possuírem relatórios de sustentabilidade empresarial. Dentre as restantes cabe destacar que as empresas que ocupavam as últimas posições da lista (menor volume de vendas) não apresentavam sequer citações sobre sustentabilidade no website o que poderia significar intuitivamente uma possível relação entre o tamanho da empresa e o nível

Após a definição da amostra foram analisados todos os relatórios através de uma Lista de Verificação Composta levando em conta a o grau de presença dos indicadores GRI-G3 nos RSE das empresas, durante essa análise foi possível avaliar que dentre as 22 empresas uma grande maioria não atende grande parte dos indicadores essenciais que o modelo indica. A justificativa foi encontrada nos próprios relatórios apresentados ou nos websites das empresas e circunda em torno da recente introdução de modelos sustentáveis na cultura destas empresas.

Durante a avaliação dos relatórios verificou-se ainda uma vasta quantidade de informações incompletas e que fizeram o NSE destas cair substancialmente. Empresas

de maior expressão como a “Bunge” que neste estudo encabeça a lista em volume de vendas apresentam uma melhor organização e apresentação do relatório que muitas demais mas não está a frente de empresas com menor expressão se comparadas a ela.

Embora exista um padrão de diretrizes delineado pelo GRI, se percebeu que muitas empresas não o seguem corretamente o que dificultou a análise, não somente com a não apresentação de informações como referido anteriormente, mas também com a descaracterização do modelo.

Estes fatores levam a crer que as empresas do setor estudado, embora sejam empresas de expressão internacional no ramo em que atuam, ainda não estão totalmente engajadas em um conceito sustentável.

Para uma melhor análise do estudo foram delineadas 20 hipóteses contendo relações entre 5 variáveis independentes: dimensão; idade da empresa; cotada na bolsa; endividamento; e segmento de atividade. Todas estas variáveis independentes citadas formularam hipóteses com cada uma das 4 variáveis dependentes do estudo: NSE; NSE econômica; NSE ambiental; NSE social; estas três últimas, representando estratificações da variável NSE que contem informações sobre todos os indicadores de desempenho.

Ao ser efetuado os testes de hipóteses, sobre todas as 20 hipóteses, se observou que somente a hipótese H1b apresentou resultado significativo. A hipótese afirma ser positiva a relação entre a dimensão da empresa(volume de vendas) e o RSE ambiental.

O fato da relação de dimensão ser significativa somente com o RSE ambiental pode significar que empresas tendem a se preocupar mais com as questões ambientais do que com as outras duas definições de indicadores. As cobranças impostas pela sociedade e órgãos públicos podem elevar o grau de preocupação das empresas sobre esses indicadores. (Branco e Rodrigues, 2008;)

Outro fator que poderia justificar esta relação é a incidência cada vez maior de multas pesadas e embargos de funcionamento por parte dos órgãos competentes para empresas que não cumprem as normas ambientais também poderia fazer com que as empresas demonstrem essa preocupação.

Como referido anteriormente o tamanho da empresa é citado por autores, como uma variável importante para estudos relacionados a sustentabilidade empresarial, isto porque, empresas com maior tamanho tendem a chamar mais atenção dos consumidores em forma geral, o que justificaria uma maior tendência a relatar suas ações do que uma empresa com menor dimensão e visibilidade(Branco e Rodrigues, 2008; Choi, 1999).

Por fim, podemos salientar que a demanda por alimentos em uma constante crescente diretamente relacionada com o crescimento da população mundial, eleva ainda mais a importância de aplicações de políticas sustentáveis. Também já se pode perceber que é crescente a parcela da sociedade mundial consciente dos efeitos da degradação ambiental e da importância de evitá-la. Essa perspectiva influencia diretamente o ponto de vista, positivo ou negativo, que o consumidor e os mercados terão em relação às empresas.

5.1. Limitações do estudo

Embora a sustentabilidade já venha sendo discutida e debatida desde meados da década de 70 o conceito e utilização de relatórios de sustentabilidade é relativamente novo, com isso ainda existe um número de autores e informações a cerca do assunto limitado

O tamanho da base de dados utilizada no estudo foi um dos pontos mais limitantes, embora existisse um planejamento inicial de se trabalhar com um mínimo de 40 relatórios, acabou-se trabalhando a cerca de um numero bastante limitado, o que deixa lacunas para investigações futuras no setor com uma base de dados mais robusta.

Outro fator que limitou o estudo foi a distancia orientador /orientando, embora hoje existam tecnologias capazes de suplantar distâncias, nitidamente se pode perceber que a relação presencial pode fazer a diferença.

5.2. Investigação Futura

As empresas atuantes no agronegócio a nível mundial carecem de estudos adaptados a sua realidade e que favoreçam a compreensão do setor e sua relação com a sustentabilidade.

O estudo poderia ser adaptado a uma escala mundial e a uma base de dados mais robusta com intuito de elevar o grau de confiabilidade da pesquisa.

No que tange a metodologia de pesquisa, a técnica de análise de conteúdo utilizada nesse estudo pode ser estudada e aprimorada, buscando reduzir a interpretação que o pesquisador faz dos dados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

Adams, C. A. e Frost, G. R. (2004), “The Development of Corporate Web-sites and Implications for Ethical, Social and Environmental Reporting through these Media”, The Institute of Chartered Accountants of Scotlan.

Almeida, J., Navarro, Z. (1997), “Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável”, Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS.

Aragão, F. J. L. (2002), “Organismos Transgênicos - Explicando e Discutindo a Tecnologia”, São Paulo: Manole, 1ª Edição.

Archel, P. (2003), “La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998: situación actual y perspectivas”, Revista Española de Financiación y Contabilidad, Vol.117, pp. 571-601.

Banerjee, S. B. (2001), “Managerial perceptions of corporate environmentalism: interpretations from industry and strategic implications for organisations”, Journal of Studies, pp. 489-513.

Banerjee, S. B. (2002), “Corporate environmentalism: The construct and its measurement”, Journal of Business Research, pp. 177-191.

Banerjee, S. B. (2003), “Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature”, Organization Studies, pp. 143–180.

Becker, D. F. (2001), “Desenvolvimento Sustentável necessidade e/ou possibilidade?”, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 3ª Edição.

Bititci, U.S., Carrie, A.S., McDevitt, L. (1997), “Integrated performance measurement system: development guide. International Journal of Operations & Production Management”, Vol. 17, Nº. 5.

Branco, M. C. e Rodrigues, L. L. (2008), “Factors Influencing Social Responsibility

Disclosure by Portuguese Companies”, *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, pp. 201-226.

BRANDENBURG, A. (1999), *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*, Curitiba: Editora da Universidade – UFPR.

Brundtland, G. H. (1987), “Our common future, World Commission on Environment and Development”, Brussels, <http://www.worldinbalance.net/pdf/1987-brundtland.pdf>, acessado em 22 de maio de 2013.

Bruseke, F.J. (1994), “O problema do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável”, em Cavalcante, Instituto de Pesquisas Sociais; Fundação Joaquim Nabuco- INPSO/FUNDAJ, Ministério de Educação; Governo Federal, pp 262, Recife.

Calabretta, S. (2000), “Clube de Roma: Os limites do desenvolvimento”, em De Masi, D. (organizador), *A sociedade pós-industrial*, 3ª Edição, São Paulo.

Carmo, L. P. S. (2006), “Agronegócio e sustentabilidade: Um estudo do projeto de integração das cooperativas de laticínios do Espírito Santo enquanto vetor de desenvolvimento sustentável do setor”, *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Choi, J-S. (1999), “An Investigation of the Initial Voluntary Environmental Disclosures Made in Korean Semi-Annual Financial Reports”, *Pacific Accounting Review*, Vol. 11, Nº 1, pp. 73-102.

Clarkson, M.B.E. (1995), “A stakeholder framework for analysing and evaluating corporate social performance”, *The Academy of Management Review*, pp. 92-117.

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), “Agenda 21 Global”, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>, acessado em 17 de maio de 2013.

COSTA, M. P. B (1993), “Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar”, Reforma Agrária, pp. 53-69.

Cross, K.F., Lynch, R.L. (1988), “The ‘SMART’ Way to Define and Sustain Success”, National Productivity Review, Vol.8, pp.23-33, <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/npr.4040080105/pdf>, acessado em 20 de maio de 2013.

Cruz, A. A.(2013), “Indicadores de sustentabilidade: Estudo de caso em propriedades produtoras de leite nas regiões sul e sudeste do Brasil utilizando a metodologia RISE”, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.

Dalcomuni, S. M. (1997), “Dynamic capabilities for cleaner production innovation: the case market export pulp in Brazil”, Tese de Doutorado, University of Sussex - SPRU, Inglaterra.

Dalcomuni, S. M. (2005), “Nanotecnologia, inovação e economia: inter-relações fundamentais para o desenvolvimento sustentável”, II Seminário Internacional de Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente, São Paulo.

Dias, R.(2006), “Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade”, São Paulo: Atlas.

Dyllick, T., Hockerts, K. (2002), “Beyond the business case for corporate Sustainability”. Business Strategy and the Environment, pp. 130-141.

Driscoll, C., Starik, M. (2004), “The primordial stakeholder: advancing the conceptual consideration of stakeholder status for the natural environment”, Journal of Business Ethics, pp. 55-73.

DJDS (2002), “Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável”, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc, acessado em 17 de junho de 2013.

Ehlers, E. (1999), “Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo Paradigma”, Guaíba: Agropecuária, 2ª Edição.

Faria, F.M., (2010), “Um Índice de Responsabilidade Social Empresarial para a Realidade Portuguesa”, Dissertação de Mestrado em Finanças Empresariais, Instituto politécnico de Leiria, Leiria, Portugal.

Foladori, G. (2001), “Limites do desenvolvimento sustentável”, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Furtado, J. S. (2003), “Gestão com Responsabilidade Socioambiental”, São Paulo, <http://www.gerenciamento.ufba.br/Downloads/Desenvolvimento%20sustent%20e%20comunidade.pdf>, acessado em 15 de junho de 2013.

Goodland, R. (1997), “Environmental sustainability in agriculture: diet matters”, *Ecological Economics*, Vol. 23, Nº. 3, pp. 189-200.

Gliessman, S. R. (2000) “Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável”, Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS.

Gray, R., Owen, D., e Adams, C. (1996), “Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate Social and Environmental Reporting”, Hemel Hempstead: Prentice Hall Europe.

GRI - Global reporting initiative (2006), *Sustainability Reporting Guidelines*, <http://www.globalreporting.org>, acessado em 23 de maio de 2013.

Kaplan, R. S., Norton, D. (1996), “Using the balanced scorecard as a strategic management system”, *Harvard Business Review*, Vol. 74, Nº. 1, pp. 75–85.

Krishnan, A. (2008), “The Evolution of Performance Measurement System (PMS) and Linkage to the Environmental Uncertainty and Strategy”, School of Business, Curtin University of Technology, Sarawak Campus, <http://www.jgbm.org/page/11%20Anbalagan%20Krishnan.pdf>, acessado em 25 de maio de 2013.

Marzall, K. (1999), “Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas”, Dissertação de Mestrado em Fitotecnia, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre.

McCormick, J. (1992), “Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Moneva, J. M. e Llena, F. (1996), “Análisis de la información sobre responsabilidad social en las empresas industriales que cotizan en bolsa”, Revista Española de Financiación y Contabilidad, Vol. XXV, N.º 87, pp. 361-401.

Monteiro, F. G. C.(2002), “Desenvolvimento sustentável: uma análise do papel das prefeituras municipais no Espírito Santo”, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Neto, R. L. (2010), “Estratégias para a sustentabilidade: uma análise empírica em empresas brasileiras”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria.

ONUB - Organização das Nações Unidas Brasil (2013), “A ONU e o Meio Ambiente”, <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>, acessado em 08 maio 2013.

Pace, E.S.; Basso, L.F.; Silva, M. (2003), “Indicadores de desempenho como direcionadores de valor”, RAC, Vol. 7, N.º. 1, pp. 37-65, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84070103>, acessado em 10 de julho de 2013.

Patten, D. M. (1991), “Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure”, Journal of Accounting and Public Policy, Vol. 10, pp. 297-308.

Pinto, L. F. G., Prada, L. de S. (1999), “Certificação agrícola socioambiental: iniciativa piloto para a cana-de-açúcar”, Revista informações econômicas, São Paulo, Vol.29, N.º. 5, pp.19-29.

Polizelli, D. L., Petroni, L. M., Krulgianskas, I. (2005), “Gestão ambiental nas empresas líderes do setor de telecomunicações no Brasil”, Revista de Administração da Faculdade

de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Vol. 40, Nº.4, pp. 309-320.

Roberts, C. B. (1991), “Environmental Disclosures: A Note on Reporting Practices in Mainland Europe”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 4, Nº. 3, pp. 62-71.

Roberts, R. W. (1992), “Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of stakeholder theory”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 17, Nº. 6, pp. 595-612.

Romeiro, A. R. (2007), “Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura”, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2ª Edição, p. 277.

Sachs, I. (1993), “Estratégias de transição para o século XXI, desenvolvimento e meio ambiente”, Studio Nobel/Fundap, São Paulo, p. 107.

Stern, N. (2007). “The Economics of Climate Change - The Stern Review”, Cambridge University Press, Cambridge, UK.

Strong, M. F. (1992), “The Earth Summit”, em UNCED - United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>, acessado em 07 maio 2013.

Terra, C. (2000), “Carta da Terra”, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=5225>, acessado em 05 de abril de 2013.

Vergara, S.C. (2009), “Projetos e relatórios de pesquisa em administração”, São Paulo: Atlas, 10ª Edição.

Young, W. H., Young, N.K. (2004), “The 1950s (American popular culture through history)”, Greenwood Publishing Group, Vol. 1.

7. ANEXO

7.1. Quadro das 50 Maiores Empresas do Agronegócio

Posição	Nome da Empresa	Segmento de Atuação	Vendas(US\$ milhões)
1º	Bunge Alimentos	Bens de Consumo	19.319,9
2º	Cargill	Bens de Consumo	19.093,2
3º	JBS	Carne Bovina	13.420,5
4º	BRF/Sadia	Aves e Suínos	12.859,8
5º	BRF-Brasil Foods	Aves e Suínos	12.831,8
6º	ADM	Bens de Consumo	9.903,5
7º	Copersucar-Cooperativa	Açúcar e Álcool	8 412,8
8º	Unilever	Bens de Consumo	7 295,5
9º	Louis Dreyfus	Prod. Agropecuária	6 824,4
10º	Basf	Aduos e Defensivos	5 755,1
11º	Coamo	Prod. Agropecuária	5 703,3
12º	Souza Cruz	Fumo	5 675,1
13º	Nestlé	Leite e Derivados	5 240,4
14º	Suzano	Prod. Madeira e Celulose	4 882,6
15º	Heringer	Aduos e Defensivos	4 833,5
16º	CNH	Máq. Equipamentos e Ferramentas	4 824,6
17º	Marfrig	Carne bovina	4 576,6
18º	Bunge Fertilizantes	Aduos e Defensivos	4 473,6
19º	Bayer	Aduos e Defensivos	4 410,7
20º	Amaggi	Prod. Agropecuária	4 129,7
21º	Copersucar	Prod. Agropecuária	3 969,6
22º	Klabin	Prod. Madeira e Celulose	3 888,6
23º	Syngenta	Aduos e Defensivos	3 846,0
24º	Fibria	Prod. Madeira e Celulose	3 753,9
25º	Aurora	Aves e Suínos	3 614,1
26º	Kraft Foods	Óleos, Farinhas e Conservas	3 574,9
27º	Minerva Foods	Carne Bovina	3 565,0
28º	DuPont	Aduos e Defensivos	3 436,1
29º	Mosaic	Aduos e Defensivos	3 292,4
30º	Pepsico	Bens de Consumo	3 185,4
31º	Vale Fertilizantes	Aduos e Defensivos	2 985,1
32º	Cooxupé	Café	2 984,8
33º	Duratex	Prod. Madeira e Celulose	2 907,3
34º	Yara	Aduos e Defensivos	2 831,6
35º	C. Vale	Aves e Suínos	2 754,4
36º	Seara	Aves e Suínos	2 743,5
37º	Cosan Açúcar e Álcool	Açúcar e Álcool	2 623,1
38º	Ultrafertil	Aduos e Defensivos	2 328,5
39º	Cosan	Açúcar e Álcool	2 271,3
40º	Noble	Prod. Agropecuária	2 106,4
41º	Caramuru	Bens de Consumo	2 039,1
42º	Itambé	Leite e Derivados	1 984,5
43º	Camera	Bens de Consumo	1 907,6
44º	Usaçúcar	Açúcar e Álcool	1 906,6
45º	Ajinomoto	Bens de Consumo	1 889,3

46º	Granol	Bens de Consumo	1 889,1
47º	Cocamar	Bens de Consumo	1 861,1
48º	Lar	Prod. Agropecuária	1 849,2
49º	M. Dias Branco	Óleos, Farinhas e Conservas	1 829,9
50º	Bianchini	Óleos, Farinhas e Conservas	1 791,2

Listagem das 50 Maiores Empresas do Agronegócio Brasileiro em 2011 (Exame, 2012)

7.2. Quadro apresentando o Nível de Sustentabilidade Empresarial

Posição	Nome da Empresa	Segmento de Atuação	Nível de Sustentabilidade Empresarial
1º	Bunge Alimentos	Bens de Consumo	3,3353
2º	BRF/Sadia	Aves e Suínos	3,1835
3º	BRF-Brasil Foods	Aves e Suínos	3,1523
4º	Copersucar-Cooperativa	Açúcar e Álcool	3,0507
5º	Unilever	Bens de Consumo	3,0820
6º	Nestlé	Leite e Derivados	1,7187
7º	Suzano	Prod. Madeira e Celulose	3,2578
8º	Heringer	Aubos e Defensivos	1,9843
9º	Marfrig	Carne Bovina	2,1255
10º	Bunge Fertilizantes	Aubos e Defensivos	3,2382
11º	Amaggi	Prod. Agropecuária	3,3437
12º	Copersucar	Prod. Agropecuária	2,9765
13º	Klabin	Prod. Madeira e Celulose	3,1251
14º	Syngenta	Aubos e defensivos	1,8828
15º	Fibria	Prod. Madeira e Celulose	3,6875
16º	Minerva Foods	Carne Bovina	1,1640
17º	Mosaic	Aubos e Defensivos	3,5351
18º	Duratex	Prod. Madeira e celulose	1,9023
19º	Seara	Aves e Suínos	2,0912
20º	Cosan Açúcar e Álcool	Açúcar e Álcool	2,3554
21º	Cosan	Prod. Agropecuária	1,7617
22º	Usaçúcar	Açúcar e Álcool	1,0342

7.3. Estatísticas Descritivas e Análise Bivariada

Variáveis numéricas – estatística descritiva			
Descriptive Statistics			
	Mean	Std. Deviation	N
NSE_social	2,657315341	,8267420768	22
NSE_ambiental	2,505565862708820	1,000301055775248	22
NSE_economico	2,581818181818282	,944195706146623	22
NSE	2,5903764205	,79918612493	22
V11a_dim1_ativo	4453,4909	3938,25396	22
V11b_dim2_NumEmpreg	19845,409	19290,6771	22
V11c_dim3_Vendas	5619,250	4255,2972	22
V12_idade	50,500	36,7990	22
V16_leverage2011	46,964	33,1101	22
V17_crescvendas2011	13,086	17,6981	22

Descriptive Statistics

	N	Mean	Std. Deviation	Minimum	Maximum
NSE_social	22	2,657315341	,8267420768	1,2890625	3,6015625
NSE_ambiental	22	2,505565862708820	1,000301055775248	,2448979591837735	3,7857142857143855
NSE_economico	22	2,581818181818282	,944195706146623	,5333333333334334	3,8000000000000997
NSE	22	2,5903764205	,79918612493	1,03125000	3,68750000
V13_setor	22	3,409	2,5757	,0	7,0

Correlações de Speaman: significativas só para NSE_ambiental e vendas

		NSE_social	NSE_ambiental	NSE_economico	NSE	
Spearman's rho	NSE_social	Correlation Coefficient	1,000	,601**	,576**	,794**
		Sig. (2-tailed)	.	,003	,005	,000
	NSE_ambiental	Correlation Coefficient	,601**	1,000	,423*	,900**
		Sig. (2-tailed)	,003	.	,050	,000
	NSE_economico	Correlation Coefficient	,576**	,423*	1,000	,650**
		Sig. (2-tailed)	,005	,050	.	,001

NSE	Correlation Coefficient	,794**	,900**	,650**	1,000
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,001	.
VI1a_dim1_ativo	Correlation Coefficient	,196	,312	,314	,323
	Sig. (2-tailed)	,382	,158	,155	,142
VI1b_dim2_NumEmpreg	Correlation Coefficient	-,097	-,184	,126	-,005
	Sig. (2-tailed)	,669	,412	,575	,982
VI1c_dim3_Vendas	Correlation Coefficient	,359	,468*	,099	,407
	Sig. (2-tailed)	,101	,028	,660	,060
VI2_idade	Correlation Coefficient	-,090	,306	-,051	,127
	Sig. (2-tailed)	,691	,166	,822	,573
VI6_leverage2011	Correlation Coefficient	,297	,160	-,239	,120
	Sig. (2-tailed)	,180	,477	,285	,594
VI7_crescendas2011	Correlation Coefficient	,140	-,080	-,122	,035
	Sig. (2-tailed)	,533	,723	,588	,878

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

testes de Mann-whitney: não significativos

Test Statistics^a

	NSE_social	NSE_ambiental	NSE_economico	NSE
Mann-Whitney U	46,000	32,000	44,000	39,000
Wilcoxon W	182,000	168,000	65,000	175,000
Z	-,147	-1,180	-,296	-,663
Asymp. Sig. (2-tailed)	,883	,238	,767	,507
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,914 ^b	,261 ^b	,802 ^b	,541 ^b

a. Grouping Variable: VI5_nacional

b. Not corrected for ties.

Test Statistics^a

	NSE_social	NSE_ambiental	NSE_economico	NSE
Mann-Whitney U	37,000	48,500	46,000	47,000
Wilcoxon W	65,000	168,500	74,000	75,000
Z	-1,093	-,282	-,460	-,388
Asymp. Sig. (2-tailed)	,275	,778	,646	,698
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,298 ^b	,783 ^b	,680 ^b	,731 ^b

a. Grouping Variable: VI4_cotada

b. Not corrected for ties.

Teste de kruskal-wallis: não significativo

Test Statistics^{a,b}

	NSE_social	NSE_ambiental	NSE_economico	NSE
Chi-Square	5,441	10,634	7,044	6,846
df	7	7	7	7
Asymp. Sig.	,606	,155	,424	,445

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: VI3_setor

Regressao ordinal: mtas VI sao significativas

Model Fitting Information

Model	-2 Log Likelihood	Chi-Square	df	Sig.
Intercept Only	136,006			
Final	90,169	45,837	15	,000

Link function: Logit.

Pseudo R-Square

Cox and Snell	,876
Nagelkerke	,877
McFadden	,337

Link function: Logit.

	Estimate	Sig.
[NSE = 1,03125000]	-1,628	,605
[NSE = 1,16406250]	-,402	,894
[NSE = 1,71875000]	1,136	,692
[NSE = 1,76171875]	2,336	,403
[NSE = 1,88281250]	3,150	,259
[NSE = 1,90234375]	3,874	,169
[NSE = 1,98437500]	4,606	,109
[NSE = 2,09375000]	5,401	,068
[NSE = 2,12500000]	6,145	,044
[NSE = 2,35546875]	6,788	,030
Threshold [NSE = 2,97656250]	7,346	,022
[NSE = 3,05078125]	8,012	,015
[NSE = 3,08203125]	9,136	,009
[NSE = 3,12500000]	10,263	,005
[NSE = 3,15234375]	11,287	,003
[NSE = 3,18359375]	12,228	,002
[NSE = 3,23828125]	12,963	,001
[NSE = 3,25781250]	13,723	,001
[NSE = 3,33593750]	14,443	,001

	[NSE = 3,34375000]	15,444	,000
	[NSE = 3,53515625]	18,198	,000
	VI6_leverage2011	,153	,000
	VI7_crescvendas2011	,048	,337
	VI1a_dim1_ativo	,001	,001
	VI1b_dim2_NumEmpreg	,000	,006
	VI1c_dim3_Vendas	-,001	,013
	VI2_idade	-,032	,229
	[VI3_setor=,0]	-13,836	,001
	[VI3_setor=1,0]	-6,525	,062
	[VI3_setor=2,0]	-5,373	,064
Location	[VI3_setor=3,0]	-,743	,850
	[VI3_setor=4,0]	-13,829	,002
	[VI3_setor=5,0]	-13,924	,001
	[VI3_setor=6,0]	-11,057	,012
	[VI3_setor=7,0]	0^a	.
	[VI4_cotada=,0]	4,525	,016
	[VI4_cotada=1,0]	0^a	.
	[VI5_nacional=,0]	7,116	,020
	[VI5_nacional=1,0]	0^a	.

